



Atividades complementares da Agricultura: Turismo e Transformação de produtos agrícolas/Projetos apoiados pelo PRODER /Corane (2007-2013)

FRANCISCO MANUEL TORRÃO PIRES

Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança para a obtenção do
Grau de Mestre em Agroecologia

Orientado por

Professora Doutora Silvia Nobre

Bragança

2015

Agradecimentos

Gostaria de proferir os meus sinceros agradecimentos a algumas pessoas que pela sua ajuda, dedicação e apoio tornaram possível o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, manifesto o meu profundo reconhecimento à **Professora Sílvia Nobre**, pela excelente orientação, pela experiência e conhecimentos que me proporcionou, pelo apoio, dedicação, simpatia e paciência com que me recebeu e acompanhou durante o meu percurso.

Aos colaboradores da **Corane-Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina**, pela disponibilidade manifestada e fornecimento de todos os dados.

Aos meus **pais**, à minha **Esposa** e ao meu **filho**, que sem eles nada disto teria sido possível. Agradeço toda a cooperação, apoio, motivação e por acreditarem sempre no meu trabalho.

Aos meus **amigos** que sempre acreditaram e apoiaram esta etapa do meu percurso académico.

Por fim, a todas as outras pessoas, que direta ou indiretamente, fizeram com que este trabalho fosse possível.

A todos MUITO OBRIGADO.

Índice

Agradecimentos.....	2
Lista de tabelas.....	5
Lista de figuras.....	6
Abreviaturas.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	10
1-Introdução.....	12
1.1-O TER e os espaços rurais.....	12
1.2- A transformação de produtos.....	17
2-Enquadramento geral.....	19
2.1-Terra Fria Transmontana.....	19
2.1.1-População e dinâmicas demográficas na Terra Fria Transmontana.....	21
2.1.2-Atividades económicas.....	23
3-Desenvolvimento rural/LEADER/Corane.....	26
3.1-Desenvolvimento rural.....	26
3.2-Eixo LEADER.....	26
3.3-Corane/ Grupo de Ação Local da Terra Fria Transmontana.....	27
4- PRODER (2007-2013).....	31
4.1-Eixo 1 (promoção da competitividade).....	32
4.2-Eixo2 (gestão sustentável do espaço rural).....	33

4.3-Eixo 3 (dinamização das zonas rurais).....	33
4.4-Eixo 4 (promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências...)	34
5- Eixo 3- Abordagem LEADER.....	36
5.1-Perfil do empreendedor.....	37
5.2-Diversificação da economia e criação de emprego.....	39
5.2.1-Ação 3.1.1-Diversificação de atividades na exploração agrícola.....	39
5.2.1.1-Estudo de caso.....	42
5.2.1.2-Estudo de caso.....	44
5.2.2-Projetos da ação 3.1.1 (transformação e comercialização).....	45
5.2.3- Projetos da ação 3.1.2 (transformação e comercialização).....	46
5.2.3.1-Estudo de caso.....	49
5.2.3.2-Estudo de caso.....	50
5.2.4-Projetos da ação 3.1.3 na modalidade casa de campo.....	51
5.2.4.1-Estudo de caso.....	54
5.2.4.2-Estudo de caso.....	56
5.2.4.3-Estudo de caso.....	58
5.2.5-Projetos da ação 3.1.3 (animação turística).....	59
5.2.5.1-Estudo de caso.....	60
6- Conclusão.....	63
7-Referências bibliográficas.....	66
8-Anexos.....	69

Lista de Tabelas

Quadro 1- População residente em 2001 e 2011, segundo os grupos etários e sua evolução entre 2001 e 2011.....	21
Quadro 2-População residente segundo o nível de escolaridade atingido e sexo e taxa de analfabetismo.....	23
Quadro 3- população residente economicamente ativa e empregada, segundo o sexo e o ramo de atividade e taxas de atividade.....	24
Quadro 4- Estrutura do PDR do Continente.....	31
Quadro 5- Orçamental Global 2007-2013.....	37
Quadro 6- Candidaturas aprovadas ação 3.1.1-Agro turismo.....	40
Quadro 7-Projetos aprovados ação 3.1.1-Agroindústrias.....	46
Quadro 8-Projetos aprovados ação 3.1.2-Agroindústrias.....	47
Quadro 9-Projetos aprovados ação 3.1.3-TER-Casas de campo.....	52
Quadro 10-Projetos aprovados ação 3.1.3- Animação turística.....	59

Lista de Figuras

Figura 1- Mapa da Terra Fria Transmontana.....	19
Figura 2- Mapas de zonas protegidas.....	20
Figura 3- Foto Casa das Quintanas.....	42
Figura 4- Foto Casa Puial Del Douro.....	44
Figura 5- Foto Fumeiro de Parada.....	49
Figura 6- Foto Linha de Engarrafamento de Vinho.....	50
Figura 7- Foto Casa = Habitat.....	54
Figura 8- Foto Casa do Médico.....	55
Figura 9- Foto Abrigo IV.....	58
Figura 10-Foto Coordenadas de Turismo ativo.....	60

Abreviaturas

ADL-Associação de Desenvolvimento Local

CGA- Caixa Geral de Aposentações

DOP-Denominação de Origem Protegida

ENI-Empresário em Nome Individual

GAL-Grupo de Ação Local

IGP-Indicação Geográfica Protegida

LEADER-Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MPB- Modo de Produção Biológica

NUT- Nomenclatura de Unidades Territoriais

PA- Pedido de Apoio

PAC-Politica Agrícola Comum

PIC – Programa de Iniciativa Comunitária

PRODER-Programa de desenvolvimento Rural

RSI- Rendimento Social de Inserção

SIC- Sítios de Importância Comunitária

SS- Segurança Social

TER-Turismo em espaço Rural

TFT-Terra Fria Transmontana

VAB-Valor acrescentado Bruto

ZPE-Zona de Proteção Especial

Atividades complementares da Agricultura: Turismo e Transformação de produtos agrícolas/Projetos apoiados pelo PRODER /CoraNE (2007-2013)

Resumo

O apoio ao desenvolvimento rural é um instrumento fundamental ao dispor das populações, para a comercialização, promoção e valorização das potencialidades dos territórios e essencialmente para a criação de condições para um desenvolvimento equilibrado. O aproveitamento destes instrumentos é de extrema importância para a criação de emprego e gestão sustentável dos recursos.

Este trabalho assenta essencialmente no Eixo III do Programa de Desenvolvimento Rural - PRODER – Dinamização das Zonas Rurais, e particularmente trata o tema do Turismo em Espaço Rural (TER) e da criação e dinamização de Agroindústrias em projetos apoiados pela Corane-Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, entidade gestora do programa LEADER para a Terra Fria Transmontana que compreende os concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais. No que respeita ao TER, assenta essencialmente nas modalidades de Casa de Campo e Agroturismo. Quanto a Agroindústrias estuda as pequenas unidades de transformação de produtos de qualidade (fumeiro, compotas, licores, castanha, cogumelos, vinho e azeite).

Os projetos estudados revelam uma importância significativa quanto ao investimento efetuado, tratando-se de 16 projetos na modalidade de Agroturismo, 28 projetos de Casas de Campo, 19 pedidos de apoio em agroindústrias e um projeto de animação turística.

Estes dados são apurados através da consulta de dossiers do projeto, onde foram retirados os dados necessários, tais como: Investimento aprovado, taxas de participação, criação ou manutenção de postos de trabalho, previsão de viabilidade económica, bem como a importância do investimento para as populações locais, aferir o contributo do investimento na economia local sobretudo na valorização e comercialização dos recursos locais e modo de vida dos promotores.

A Corane promoveu umas jornadas de trabalho com os promotores de projetos de turismo apoiados na Terra Fria pelo PDR e de 2007-2013. Estas jornadas de trabalho

permitiram ouvir opiniões dos promotores de projetos aprovados e executados. Conseguiu-se com estas mesas de trabalho chegar a algumas conclusões interessantes quanto às dificuldades na implementação dos projetos, bem como problemas existentes no cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Abstract

The support of rural development is an important instrument that the populations have at their disposal for commercialization, promotion and appreciation of the potentialities of each territory and, essentially, for the establishment of the right conditions for a balanced development.

The present work is based essentially on Axis III of the Program of Rural Development – PRODER – *Dinamization of Rural Areas*, and in particular refers to the theme of Tourism in Rural Areas (TER) and the creation and encouragement of Agro-industries in projects supported by CoraNE – *Association for the Development of Concils from Northeast Border*, a management association of the program LEADER for the *Terra Fria Transmontana* that comprehends the municipalities of Bragança, Miranda do Douro, Vimioso and Vinhais. On the regarding of TER, it is based mainly on the categories of *Casa de Campo* (Country house) and Agro-tourism, while the Agro-industries studies the small transformation units of quality products (smoked sausages/meat, jams, liquors, chestnuts, mushrooms, wine and olive oil).

The projects in study are of great importance regarding the investment made, they are 16 projects in Agro-tourism category, 28 projects in Country House category, 19 requests for support of agro-industries and a project touristic animation.

This data determined through the inquiry of the projects dossiers, where the necessary data was withdrawn, such as: approved investment, contribution taxes, job creation or maintenance, estimated economic viability, as well as the importance of the investment for the local populations, checking of the investment contribution in the local economy especially for the encouragement and commercialization of the local resources and lifestyle of the promoters.

CoraNE promoted work conferences with the promoters of the tourism projects supported within the 2007-2013 PDR of the *Terra Fria*. These work conferences allowed to hear the promoters opinions about the projects approved and executed. With these work groups it

was able to make interesting conclusions about the difficulties in implementing the projects, as well as the existing problems with fulfilling the established goals.

1-Introdução

O meio rural está a desaparecer, em muitas sociedades ocidentais e em boa parte dos países e regiões da União Europeia, entre os quais Portugal e neste caso específico a região de Trás os Montes, Corane, (2007)

No final do século passado a agenda 2000, considerada por muitos a 2ª grande reforma da PAC, introduz uma alteração de rumo substancial estabelecendo como a grande prioridade o combate ao despovoamento rural, Corane, (2007).

Dos vários quadros comunitários desde então já implementados, os instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural têm estado disponíveis para inverter estas tendências.

Neste trabalho abordamos o quadro comunitário de apoio 2007-2013, e o conjunto de instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural em Portugal -PRODER-Programa de Desenvolvimento Rural. Este sistema de incentivos, permitiu investimentos em zonas rurais nas várias vertentes da economia rural.

Iremos incidir especificamente sobre o eixo LEADER, gerido localmente através da Corane-Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste para a Terra Fria Transmontana,

Vão ser abordados dois temas importantes para o desenvolvimento deste trabalho, fazer uma análise das candidaturas entradas na Corane que incidem em duas tipologias de investimentos a saber: Turismo em Espaço Rural e Agroindústrias (transformação e comercialização).

1.1 O TER e os espaços Rurais

O turismo é uma atividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer nos próximos anos. A Organização Mundial do Turismo (OMT), previa um crescimento do turismo de 4% até 2010. Portugal não é exceção e note-se que o turismo tem uma influência significativa no emprego, no desenvolvimento regional e no processo de desenvolvimento em geral.

Fruto do movimento de retorno às origens, às tradições e raízes, os espaços rurais têm vindo a ser revalorizados, objeto de uma crescente procura por parte de populações cansadas do stress urbano (Ribeiro, 2003). As novas modalidades de turismo relacionadas com espaços rurais assumem um crescimento considerável, dando uma resposta aos setores culturalmente mais exigentes como alternativa ao turismo de massas. Por outro lado, o crescente abandono do meio rural e da agricultura, as atividades associadas ao turismo podem constituir um elemento importante para o desenvolvimento destes espaços.

O contributo que o turismo pode dar à superação dos graves problemas socioeconómicos, que pesam sobre o meio rural em especial em regiões desfavorecidas é importante. Os espaços rurais têm vindo a ser progressivamente incorporados na categoria de espaços de turismo.

A par de uma indiferença nacional quanto ao destino da agricultura e da sociedade rural (Portela, 2003), os espaços rurais apresentam sinais evidentes de uma profunda mudança. Com a alteração dos sistemas produtivos tradicionais surgem novas utilizações para estes espaços rarefeitos de população, onde se podem encontrar novas oportunidades. Através de mecanismos de salvaguarda do património rural como as paisagens, aproveitando oportunidades de negócio, oferecidas por essas paisagens e pela cultura a elas associada.

Os espaços rurais, que incluem os chamados espaços naturais no seu estado mais puro, há muito que deixaram de existir nos países mais desenvolvidos, através da influência direta ou indireta da intervenção humana. Na verdade trata-se de áreas que é necessário proteger e conservar.

Ultimamente, têm-se multiplicado nestes espaços experiências de atividades turísticas, tais como o TER, animação turística, e a própria transformação e comercialização de produtos de qualidade locais, como forma de incentivo ao consumo dos visitantes e como oportunidades de negócio dos residentes. O turismo tem vindo a ser aproveitado como a “porta de saída” para o desenvolvimento sócio-económico de vastas regiões deprimidas (Ribeiro, 2003). O Espaço rural adquiriu autonomia e tende agora ser

moldado a partir do urbano (Baptista, 2001). O Turismo aparece efetivamente, como uma oportunidade de uso alternativo dos espaços rurais e naturais, numa perspetiva de multifuncionalidade que caracteriza atualmente os territórios (Caldas, 2003).

O turismo cresceu, diversificou-se nas diversas modalidades TER, tal como: o Turismo de habitação, agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis e parques de campismo rurais. Multiplicam-se os museus rurais, ecomuseus, diversas rotas temáticas, feiras, festivais medievais, fins-de-semana gastronómicos, empresas de desportos radicais e de natureza, bem como intervenções integradas em rede com oferta integrada de produtos, tais como as aldeias de Portugal.

O TER, define-se por apresentar características muito próprias, pouco tendo em comum com o turismo mais convencional. Esta atividade tem como objetivo fundamental, oferecer aos clientes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado.

Numa perspetiva do desenvolvimento rural, o turismo no espaço rural é uma das atividades melhor colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico rural, sendo tanto mais forte, quanto conseguir endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região.

O TER não se esgota na diversificação das atividades agrícolas, é ainda um fator de pluriatividade, através da dinamização de um conjunto de outras atividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem. É o caso do artesanato, da produção e venda na exploração de produtos tradicionais.

É importante promovê-lo de forma harmoniosa e sustentada, no respeito pelas diferenças que caracterizam cada região e pelos requisitos de qualidade e de comodidade exigidos pela clientela que o procura.

(<http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/turismo-rural>, 2007)

Ribeiro (2000) aborda e analisa os efeitos do TER na criação de postos de trabalho e dinamização das economias rurais na região de Trás os Montes. A autora sublinha que o crescimento do turismo e o seu impacto na economia local ser ainda modesto. Partindo

de experiência em diversos países europeus, incluindo Portugal, Slee et al (1996), refere que existe um potencial para aumentar os benefícios para a economia local, se forem constituídas estratégias que permitam aumentar sinergias entre o turismo e a economia rural.

O desenvolvimento do mundo rural surge muito ligado á diversificação da economia, tal diversificação tende a consolidar o espaço rural não como um fornecedor de matérias-primas, mas como um espaço multifuncional. Assim, o turismo situar-se-à entre as atividades previstas nas políticas de desenvolvimento rural, e este tem sido convertido por políticos, técnicos e académicos como uma receita prioritária para inverter as tendências negativas observadas nas áreas rurais (Ribeiro e Marques, 1999).

Em Portugal, como noutros países europeus, conclusões de vários estudos coincidem quanto à crescente afirmação do turismo em espaço rural. No seu conjunto aparecem estritamente ligados a alterações introduzidas pelo processo de globalização que varre o mundo. Tais mutações reportam à transformação qualitativa e simultânea das relações de produção, relações de poder, das experiências humanas e da cultura (Silva, 2001).

A tendência de reabilitação e revalorização social da ruralidade tem como ponto de partida a reestruturação em curso de modelos e de perspetivas, de paradigmas, de sistemas de valores de ideias e de representações que tem vindo a assegurar uma tendência de reabilitação e revalorização dos espaços rurais (Silva, 2001)

Este movimento de revalorização dos espaços rurais, configurando-se como uma expressão de sentimentos anti urbanos, em grande medida funciona como um antídoto e contra a insegurança e a saturação da vida urbana (Ribeiro, 2002).

Rápida e amplamente reproduzidos ao nível dos destinos turísticos de massas, estes problemas refletem nos cidadãos sentimentos nostálgicos pelos meios rurais, onde encontram a estabilidade, autenticidade, tranquilidade, a humanização das relações, o contato com a natureza, sons e cores, tudo aquilo que o crescimento e desenvolvimento fizeram esquecer (Ribeiro, 2002).

A consciencialização dos valores ambientais, inscrita na sequência da constatação dos resultados da lógica mercantilista do desenvolvimento, vem dando um contributo e um

impulso considerável à reorientação para uma procura de novos destinos, nomeadamente para os meios rurais detentores de recursos naturais – ar puro, paisagem, água limpa e biodiversidade. É ainda notória a apetência dos urbanos pelos espaços rurais, pelas questões ligadas à saúde e ao bem-estar através do desenvolvimento de atividades como caminhadas, desportos radicais e até a participação nos trabalhos agrícolas (Ribeiro, 2002).

Segundo a Direção Geral do Turismo (DGT, 1998), vários são os fatores que influenciam a procura do TER. Entre eles são particularmente relevantes os níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências para a gestão e usufruto dos mesmos, a existência de férias repartidas e a melhoria das infraestruturas e das comunicações (Ribeiro, 2002).

O desenvolvimento do TER tem vindo a ser impulsionado num quadro de novas conceções de desenvolvimento rural, partindo da redescoberta da multifuncionalidade dos espaços rurais na generalidade e em particular da agricultura, há também uma grande diversidade de atividades agrícolas, bem como de transformação e comercialização, que podem contribuir para combateras fragilidades económicas destas regiões (Ribeiro, 2002).

Neste contexto, entre as medidas de diversificação económica, o turismo vem sendo considerado uma grande aposta, desde logo pela observação de novas opções que se registam no campo da procura turística e das oportunidades que se abrem à valorização das potencialidades naturais e socioculturais (Ribeiro, 2002).

As possibilidades da expansão da atividade económica para fora dos limites da atividade agrícola, andam subordinados à complementaridade e ao estímulo da agricultura. Esta complementaridade entre a agricultura e as outras atividades, nomeadamente a criação de estruturas ligadas ao TER, animação turística e agroindústrias (transformação e comercialização), introduz no meio rural um reforço do emprego existente e a criação de novos tipos de postos de trabalho, a dilatação das fontes e dos níveis de rendimento que são condições suficientes e necessárias para garantir a atratividade destes meios para quem lá vive e trabalha (Ribeiro, 2002).

1.2 A transformação de produtos

Os produtos agrícolas e a sua transformação, são encarados como fator potenciador do desenvolvimento agrícola e rural. Estes produtos são vistos como fundamentais no ordenamento do espaço rural, na preservação da paisagem e conservação da natureza, e na luta contra o despovoamento e a desertificação dos territórios rurais nas regiões mais desfavorecidas.

Um fenómeno que alguns autores (Carvalho (1994), (1995); Ribeiro e Martins (1996); Tibério (2004); Cristóvão e outros (2005)) designam como a redescoberta dos produtos tradicionais, deve-se a um conjunto de fatores, a saber:

- os efeitos e consequências do modelo produtivista do desenvolvimento agrícola;
- a incapacidade da agricultura das regiões desfavorecidas competir com regiões com condições agro-ecológicas mais favoráveis;
- a valorização dos produtos tradicionais pela política europeia de desenvolvimento rural, produzindo e valorizando as produções locais de qualidade;
- a crescente desconfiança dos consumidores relativamente à qualidade e segurança alimentar.

A Terra Fria Transmontana não apresenta potencialidades agronómicas que lhe permita competir pela via da produção de produtos indiferenciados. De uma forma geral esta região não tem capacidade de produzir produtos agrícolas que se tornem competitivos com outras regiões com diferentes condições de solo e de clima. A consequência da falta de competitividade agrícola é o abandono da terra e o despovoamento.

Os produtos tradicionais sempre estiveram no mercado, embora de forma pouco expressiva em termos de quantidade. O conceito destes produtos tem vindo a ganhar importância ao nível de mercado, dos produtores e distribuidores, existindo a tendência para aumentar a produção e diversificar a oferta e consequentemente melhorar a apresentação dos produtos no mercado.

Bérard e Marchenay (1996) referem que o ordenamento do território, a defesa da paisagem, a diversificação da agricultura, a luta contra a trivialização do sabor tem que ter em consideração este tipo de produtos. Da mesma forma Ribeiro e Martins (1996) referem que estes produtos anteriormente associados a um atraso económico e social merecem agora um maior destaque nos modelos de desenvolvimento que vêm sendo projetados, para fazer face a situações de crise que afetam o meio rural e em especial as regiões mais pobres. A redescoberta dos produtos tradicionais deve-se ao facto de a sua produção se adaptar às novas orientações da PAC, que privilegia a diversificação das produções dos sistemas de produção tradicionais. Estas produções podem agora ser financiadas pelas novas medidas da PAC. Os produtos tradicionais são uma parte integrante de uma política de desenvolvimento rural. Como refere Caldentey e Gomez (1996), a importância dos produtos tradicionais, reflete-se no aparecimento de políticas de desenvolvimento rural, incorporando uma abordagem centrada na qualidade, no território, na região, na defesa do ambiente e do património.

2-Enquadramento geral

2.1-Terra Fria Transmontana

A Terra Fria Transmontana (TFT), constituída pelos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais, correspondente à área de atuação da Corane,



Figura 1-Mapa da Terra Fria Transmontana (Corane)

Uma região de enorme valor do ponto de vista ambiental e ecológico, conforme pode ser comprovado pela diversidade e extensão de áreas classificadas, com destaque para os Parques Naturais do Montesinho e do Douro Internacional e para a Rede Natura 2000 - Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

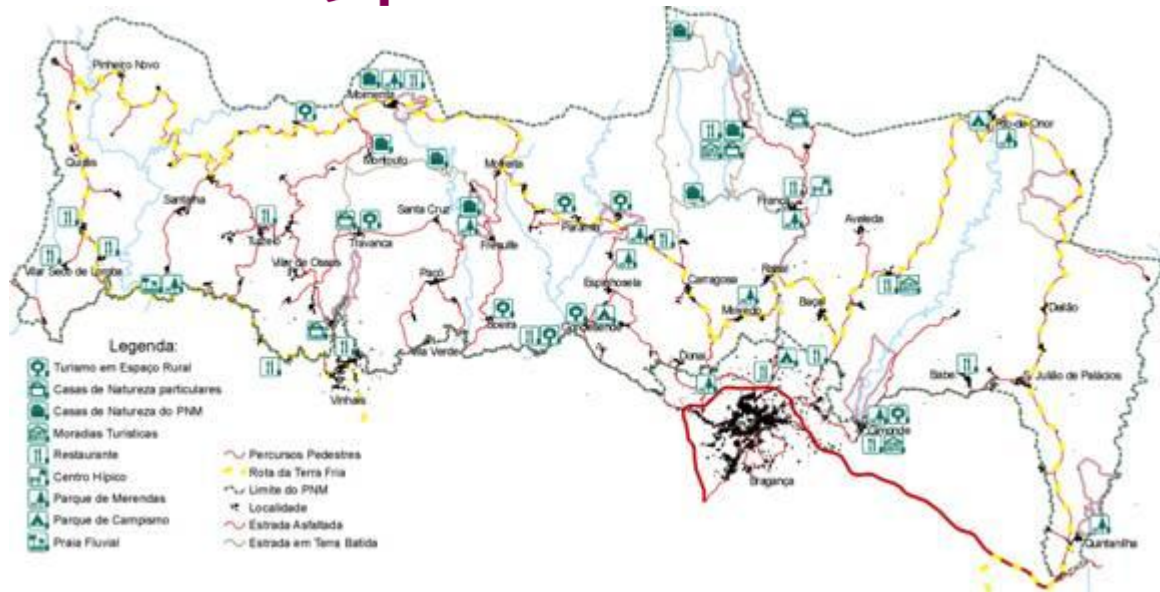


Figura 2- Mapa de Zona protegida Parque Natural de Montesinho (Corane)

O perfil morfológico do território da Terra Fria Transmontana (TFT) é fortemente marcado pela sua rede hidrográfica constituída principalmente pelas bacias do Sabor e do Tua, que confluem, em vales encaixados, para o rio Douro. Situada a uma altitude média de 750 metros, erguem-se acima dos 1000 m as serras da Coroa, Nogueira e Montesinho. Apresenta uma diversidade de climas com regimes térmicos e pluviométricos diferenciados que influenciam decisivamente as paisagens, os revestimentos vegetais, e a própria forma de ocupação e atividade humana. É uma região caracterizada, por uma agricultura de subsistência, que esteve relativamente isolada e, por isso, lhe permitiu guardar um conjunto de valores e saberes tradicionais.

Região de grande valor ambiental e ecológico possui uma vasta extensão de áreas classificadas, com destaque para os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional e para a Rede Natura 2000 - Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

2.1.1-População e Dinâmicas Demográficas na Terra Fria Transmontana

A demografia da Terra Fria Transmontana é caracterizada por duas tendências que se vêm acentuando em todas as regiões rurais do território nacional: A diminuição contínua da população e seu envelhecimento.

Com a população total residente de 56 558 habitantes em 2011, dos quais mais de 60% se concentram no município de Bragança, a TFT perdeu na última década cerca de 3,75% da sua população total. Os concelhos de Vinhais e de Vimioso apresentam as maiores perdas de população no período considerado (14,8% e 12,2%, respetivamente), enquanto o concelho de Bragança apresenta um crescimento de cerca 1,7% durante o mesmo período. O concelho de Vimioso, o menos populoso da TFT com apenas 4669 habitantes, regista uma diminuição de cerca de 7% da população entre 2001 e 2011.

Zona Geográfica	População residente												Pop Resid. Variação 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou +
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou +	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou +					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Bragança	3475 0	1676 8	4840	5036	1808 9	6785	3534 1	1696 6	437 7	3577	1918 2	8205	1,70	-9,57	28,97	6,04	20,93
Miranda Douro	8048	3957	915	1008	3967	2158	7482	3667	730	653	3676	2423	-7,03	-20,22	35,22	-7,34	12,28
Vimioso	5315	2606	591	628	2449	1647	4669	2283	405	362	2091	1811	-12,15	-31,47	42,36	14,62	9,96
Vinhais	1064 6	5245	1131	1271	5058	3186	9066	4485	694	708	4244	3420	-14,84	-38,64	44,30	16,09	7,34
Total TF	5875 9	2857 6	7477	7943	2956 3	13776	5655 8	27401	620 6	5300	2919 3	15859	-3,75	-17,00	-33,27	-1,25	15,12

	Hab	Var %	0-14	15-24	25-64	65 ou +
TF Perdeu	-2201	3,746	-1271	-2643	-370	2083
Bragança	591	1,701	-463	-1459	1093	1420
MD	-566	7,033	-185	-355	-291	265
Vimioso	-646	12,15	-186	-266	-358	164
VNH	-1580	14,84	-437	-563	-814	234

Quadro 1- População residente em 2001 e 2011, segundo os grupos etários e sua evolução entre 2001 e 2011 (INE)

Estas dinâmicas acentuam as baixas densidades populacionais, apenas o concelho de Bragança registou um ligeiro crescimento de 2001 (29,6 hab/km²) para 2011 (30,1 hab/km²). Os outros concelhos registaram uma diminuição e apresentam valores claramente abaixo dos verificados nas NUT III e II. O concelho de Vimioso é o que apresenta a densidade populacional mais baixa, inferior a 10 hab/km², em 2011

A análise por freguesia evidencia uma maior amplitude na variação da população, as freguesias correspondentes aos centros urbanos registam menores perdas, as freguesias mais afastadas dos centros urbanos registam perdas significativas estando nalguns casos em risco a massa crítica mínima indispensável à sustentabilidade de algumas povoações.

O envelhecimento da população é outra tendência marcante da evolução demográfica da TFT ao longo da última década, o que pode ser verificado quer pela diminuição dos grupos etários mais jovens, quer pelo crescimento do grupo etário com mais de 65 anos. Estas mesmas dinâmicas estão refletidas no aumento dos índices de dependência, especialmente de idosos. À exceção do concelho de Bragança, em que aumentou o peso relativo do escalão 25-64 anos, que engloba grande parte da população em idade ativa, nos três restantes municípios verificou-se uma diminuição superior à registada pela NUT III o que reflete a dificuldade destes territórios em fixar a população mais jovem.

A nível do ensino as situações mais desfavoráveis acontecem em Vimioso e Vinhais em que a população sem nível de escolaridade atinge, em 2011, 23,2% e 21,2%, respetivamente, ambos claramente acima dos valores registados pela NUT III (17,3%) e pela NUT II (10,3%). No concelho de Bragança a percentagem de população sem nível de escolaridade (13%) é claramente inferior ao registado na NUT III, embora seja superior ao registado no conjunto da Região Norte. O concelho de Miranda do Douro (19,6%) situa-se numa posição intermédia relativamente aos restantes. No que respeita à população com ensino superior destaque para a dinâmica de crescimento registada pelos concelhos da TFT que, nalguns casos, mais que duplicaram os valores registados em 2001. Bragança registou um aumento de cerca 9% no período, claramente acima da evolução quer na NUT II (6%) quer na NUT III (4,5 %).

Zona Geográfica	População 2011		População residente segundo o nível de escolaridade atingido																Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino pré-escolar		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
							1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
Norte	3689 682	1766 260	298 201	117 703	87 95 1	45 20 1	1183 901	554 529	453 161	241 976	583 622	308 375	556 011	275 437	27 97 6	14 94 3	498 859	208 096	167 451	51 43 4	5,01
Alto TMontes	2043 81	9826 1	241 84	945 3	38 86	19 40	7648 7	380 85	197 73	110 06	264 84	140 58	269 55	132 74	12 50	65 5	253 62	979 0	194 72	70 12	10,23
Bragança	3534 1	1696 6	351 4	140 8	84 1	43 0	1028 7	512 1	311 4	179 9	480 9	262 3	529 1	269 6	27 1	14 4	721 4	274 5	256 1	91 4	7,87
Mirand Douro	7482	3667	981	336	13 2	69	2771	142 5	635	372	105 5	587	103 5	517	52	28	821	333	796	23 0	11,31
Vimioso	4669	2283	799	304	66	35	1963	101 8	483	277	571	298	445	215	21	11	321	125	711	26 3	16,06
Vinhais	9066	4485	140 0	546	10 8	60	3959	211 1	113 4	619	929	521	907	396	45	27	584	205	126 9	46 8	14,64
Total TF	5655 8	2740 1	669 4	259 4	114 7	594	1898 0	967 5	536 6	306 7	736 4	402 9	767 8	382 4	389	210	894 0	340 8	533 7	187 5	9,44

Quadro 2-População residente segundo o nível de escolaridade atingido e sexo e taxa de analfabetismo (INE)

A taxa de atividade da TFT (39,8%) está ligeiramente acima da registada na NUT III (38%) mas muito distante da registada na Região do Norte (47,59%). Numa análise por concelhos destaca-se o concelho de Bragança com uma taxa de atividade (43,61%), que tem como contraponto os valores mais baixos verificados em Vinhais (29,59%), Vimioso (33%) e Miranda do Douro (38,61%).

2.1.2-Atividades económicas

A Terra Fria Transmontana é um território predominantemente rural, com forte representatividade do sector agrícola. Às explorações agrícolas de pequena dimensão está associada uma agricultura de carácter familiar. O tecido económico da TFT é constituído por micro e pequenas empresas, (com a exceção de um pequeno número de unidades industriais de maior dimensão concentradas em Bragança) com relevo para o setor terciário, especialmente o terciário social. O setor primário, apesar de ter um peso ainda significativo em termos de população empregada, registou uma diminuição entre 2001 e 2011.

Zona Geográfica	População economicamente ativa									Taxa de atividade (%)		
	Total		Empregada							Em 2011		
			Total		Primário	Secundário	Terciário					
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Norte	1756065	924308	1501883	804289	43023	533848	925012	379768	545244	47,59	52,33	43,24
Alto Trás-os-Montes	77656	43136	68441	38635	7725	13567	47149	25368	21781	38	43,9	32,53
Bragança	15411	7823	13886	7040	640	2303	10943	6417	4526	43,61	46,11	41,3
Miranda do Douro	2889	1603	2618	1496	286	561	1771	962	809	38,61	43,71	33,71
Vimioso	1541	890	1381	822	173	320	888	528	360	33	38,98	27,28
Vinhais	2683	1615	2374	1455	371	505	1498	839	659	29,59	36,01	23,31
Terra Fria	22524	11931	20259	10813	1470	3689	15100	8746	6354	39,8246	43,5422	36,3309

Quadro 3- população residente economicamente ativa e empregada, segundo o sexo e o ramo de atividade e taxas de atividade (INE)

A TFT é uma das regiões mais desfavorecidas da Região do Norte e do País, além de ser um dos territórios com poder de compra mais baixo é confrontado com um conjunto de problemas de natureza social, nomeadamente relacionados com situações de envelhecimento e de isolamento das populações (Corane, 2014).

Neste cenário, assume particular destaque um conjunto de atividades do setor primário relevantes nomeadamente a floresta e também os recursos micológicos, a castanha, os cereais, o vinho e principalmente a produção de carne e derivados e um conjunto de produtos de qualidade reconhecidos com (DOP) Denominação de Origem Protegida¹.

O tecido económico da Terra Fria Transmontana é caracterizado pelo predomínio do setor terciário, cerca de 74,5% da população empregada na região trabalha neste setor, valor claramente superior ao verificado quer na NUT III (68,9%) quer na NUT II (61,1%). O emprego terciário da TFT é, predominantemente, em atividades de natureza

¹ Saliente-se a carne bovina mirandesa, o cordeiro bragançano, o cabrito transmontano, a carne de porco bísaro transmontano, o mel do Parque de Montesinho, o azeite de Trás-os-Montes, o castanha da Terra Fria e com (IGP) Indicação Geográfica Protegida, a batata de Trás os Montes, o salpicão, a chouriça de carne, a alheira, o presunto e o Butelo de Vinhais¹

social, apenas 42,1% do emprego do terciário está relacionado com atividades económicas, em linha com o registado na NUT III, mas o inverso do que se verifica na NUT II, em que o terciário económico (58,9%) tem um peso mais significativo que o terciário social (41,1%). O emprego no setor secundário tem uma expressão reduzida na TFT, apenas 18,2% do total da população empregue, abaixo do valor registado para a NUT III (19,8%) e claramente abaixo do registado para a NUT II (35,5%). Finalmente no que se refere à população empregue no setor primário a TFT apresenta valores (7,3%), claramente acima do verificado para a NUT II (2,9%) mas abaixo do valor da NUT III (11,3%) (Corane, 2014).

A análise do VAB das empresas por atividade económica confirma a conclusão anterior relativamente à importância das atividades económicas do setor terciário, as atividades que mais contribuem para a geração de valor acrescentado na TFT são as atividades terciárias. Destaque para a posição claramente dominante do concelho de Bragança que apresenta valores muito superiores aos restantes concelhos, principalmente no que respeita ao VAB nas “indústrias transformadoras”, pela relevância de algumas empresas industriais, e nas “atividades para a saúde humana”, em resultado da concentração na capital de Distrito de um conjunto de serviços de saúde de âmbito regional Corane (2014).

Em síntese, a TFT apresenta um tecido económico predominantemente constituído por micro e pequenas empresas, (exceção de algumas unidades industriais concentradas em Bragança) com relevo para o setor terciário social. O setor primário, apesar de ter um peso ainda significativo em termos de população empregada, registou uma diminuição significativa entre 2001 e 2011, e a sua contribuição para a geração de VAB da região é reduzida Corane, (2014)

No setor agrícola, apesar de as condições edafo-climáticas da TFT não serem as mais favoráveis (relevo acidentado, solos delgados, elevadas amplitudes térmicas, geadas tardias), existem produções convenientemente adaptadas a estas condições e que importa valorizar (Corane, 2014).

3- Desenvolvimento rural / LEADER/ Corane

3.1-Desenvolvimento rural

A partir de 1987, assiste-se a uma viragem na visão sobre o desenvolvimento rural nas políticas europeias. É assim que a comunicação europeia de 1988 sobre o “Futuro do mundo rural” apresenta a temática do desenvolvimento rural numa ótica territorial abrangente. A redução das disparidades regionais, objetivo, explicitado no Tratado de Maastricht, de 1992, para o qual a intervenção nas áreas rurais era essencial, vem evidenciar a importância e necessidade de novas políticas de desenvolvimento rural (Corane, 2007).

3.2-Eixo LEADER

“Programa de Iniciativa Comunitária: Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural” (PIC LEADER).

O LEADER tem como principal objetivo reforçar programas de desenvolvimento rural existentes, com base em dinâmicas locais, geridas por grupos de ação local da sociedade civil em parceria.

Os candidatos aos fundos LEADER, apresentam-se como associações, com objetivos de intervenção social e territorial.

O programa LEADER teve início em 1991 com o LEADER I e divide-se, basicamente, em quatro etapas: o LEADER I, entre 1991 e 1994; o LEADER II, entre 1995 e 2000, o LEADER + entre 2001 a 2006 e a Abordagem LEADER entre 2007-2013.

O programa surge como uma iniciativa comunitária, inovadora na sua perspetiva de atuação nos territórios, sendo que há alguns aspetos principais que lhe estão associados: ser uma intervenção feita numa perspetiva *bottom-up*, instituindo o regime de parceria e definindo um conjunto de medidas elegíveis que privilegia as áreas mais desfavorecidas, reforçar a multifuncionalidade do meio rural, valorizar economicamente as empresas, acentuar a questão da qualidade e da especificidade local e realçar a importância do funcionamento em rede e da utilização de novas tecnologias de informação. Na sua

atuação, é dada especial relevância aos conceitos de inovação, demonstrabilidade e transferibilidade (Corane, 2007).

3.3- Corane / O Grupo de Ação Local da Terra Fria Transmontana

A Corane – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, é uma associação sem fins lucrativos, criada em 1995 e tem como área de atuação a região da “Terra Fria Transmontana”, com os concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso e Miranda-do-Douro, do Alto Trás-os-Montes.

A Corane, é formada através de uma parceria institucional de várias entidades regionais a saber:

AGROPEMA - Cooperativa Agro Pecuária Mirandesa

Agrupamento de Produtores de Mel do Parque, Lda

ANCSUB – Associação Nacional Criadores de Suínos de Raça Bisara

Arborea – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana

Associação de Municípios da Terra Fria

Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho

Associação Protetora “Amigos do Maças”

Associação dos Agricultores do Planalto Mirandês

Cooperativa Agrícola Ribadouro, C.R.L

ESA - Escola Superior Agrária de Bragança

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

LCORI - Lagar Cooperativo dos Olivicultores da Região de Izeda

NERBA – Núcleo Empresarial da Região de Bragança

OPP Vinhais – Organização dos Produtores Pecuários do Concelho de Vinhais

Constituiu-se com os principais objetivos o desenvolvimento social, económico e cultural, através da promoção e implementação de projetos de desenvolvimento de interesse para a região.

Sendo a Terra Fria Transmontana caracterizada como pouco dinâmica e em processo acelerado de desertificação humana, desde a década de 60, tem sido objetivo da Corane inverter esta atual tendência.

Tendo consciência que, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado, cada território tem uma capacidade limitada de sustentação da população, também é verdade que abaixo de um determinado limite demográfico não há oportunidade de desenvolvimento.

Um território “vazio”, jamais poderá ser dinâmico. Assim, considera-se necessário criar condições para fixar população e atrair novos residentes, o que se apresenta como essencial para o desenvolvimento social e económico do território.

Considerando a tendência crescente para a perda da população residente, principalmente no meio rural, com o conseqüente abandono dos campos; a baixa densidade populacional; o envelhecimento da população, com a conseqüente diminuição da população ativa; o baixo nível de produção e rendimento, que se traduz num fraco poder de compra; a escassez de recursos financeiros, que limita o investimento; a fragilidade do tecido empresarial, que se traduz na falta de competitividade.

Face ao diagnóstico elaborado na Estratégia Local de Desenvolvimento, tem sido pretensão da Corane promover a revitalização económica e social da sua área de intervenção e transformar os recursos existentes em fatores de competitividade. Como tal, foram definidas as seguintes áreas temáticas e objetivos estratégicos:

-Organizar, valorizar e promover os recursos naturais, socioculturais e históricos do Território no sentido da sua conservação e fruição:

-Promover e divulgar a região e seus produtos através de Rotas Temáticas transregionais e transnacionais; Participando na organização de congressos, workshops e eventos da mesma natureza.

-Fomentar o Empreendedorismo e modernização empresarial dos atores locais:

-Estimular a organização, certificação, promoção e comercialização dos produtos do território, tendo em conta a sua qualidade e globalização emergentes;

-Promover um novo espírito empresarial no meio rural pelo intercâmbio de ideias e a observação de experiências;

-Desenvolver uma imagem de autenticidade e de qualidade do território;

-Combater o êxodo rural, fixando e atraindo população jovem;

Para tal pretende-se aumentar a capacidade de atração do território e contribuir para a criação de postos de trabalho, apostando na formação de jovens ativos e desempregados.

Assim, e para atingir tais objetivos, propõe-se:

-Promover a diversificação das atividades económicas;

-Fomentar a transformação de produtos agrícolas;

-Estimular a criação de microempresas;

-Promover o empreendedorismo;

-Organizar e enquadrar a oferta turística;

-Promover a conservação e valorização do património;

Acreditando na eficácia das medidas propostas e prevendo o envolvimento necessário ao sucesso desta estratégia (quer da população local, quer de outros parceiros públicos e privados envolvidos), a Corane pretende que as mais-valias daí resultantes sejam:

-Aumento da capacidade de atracção do território, contribuindo para a criação de postos de trabalho e conseqüente fixação da população jovem;

-Fomentar a capacidade de inovação e competência empresarial;

- Geração de receitas alternativas;
- Animação da economia local;
- Geração de empregos diretos e indiretos;
- Contribuição para a redução do êxodo rural /Fixação da população jovem;
- Contribuição para a preservação dos valores culturais e históricos;
- Fomentar a autoestima da população local;
- Especialização da oferta turística em ambiente rural;
- Valorização do artesanato, gastronomia e património;

Tudo isto enquadrado numa ótica de sustentabilidade, criação de postos de trabalho e geração de mais-valias, de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida da população local

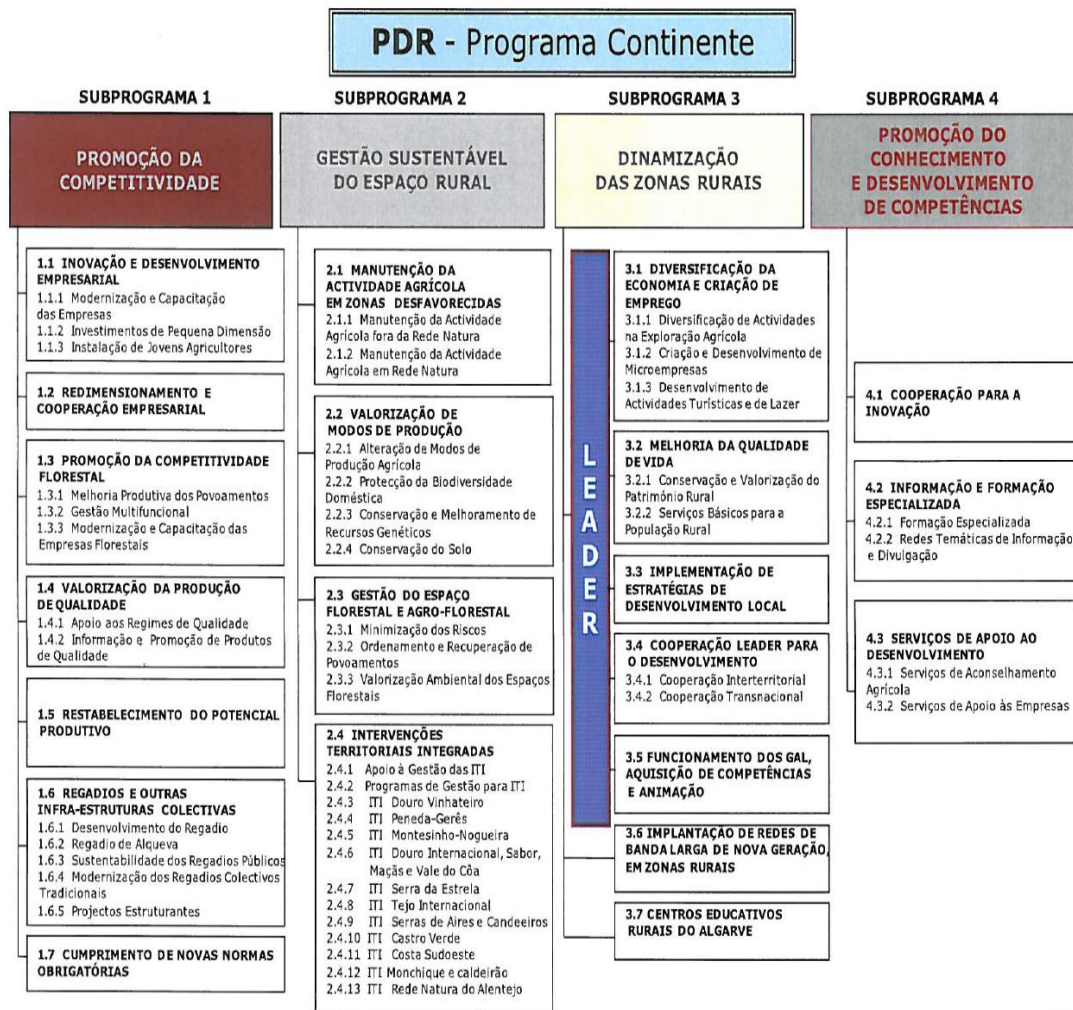
Ao longo do tempo de atuação a Corane tem estado envolvida em diversos programas comunitários tais como:

Desde 1996 que participa em vários projetos incluídos nos seguintes programas

LEADER II, LEADER +, vetor 1 e 2, Agriis, Programa Comunitário para a Igualdade entre Homens e Mulheres, Life Natura, Interreg IV c, III B, SUDOE, Equal, Leonardo, Socrates, POEFDS, Operação Norte – ON, PRODER, POPH

4- PRODER (2007-2013)

A Estrutura do PRODER (2007-2013) -Programa de desenvolvimento Rural em Portugal apresentava quatro eixos principais a saber: Competitividade, Sustentabilidade do espaço Rural, Dinamização das Zonas Rurais e Conhecimento e Competências.



Quadro 4- Estrutura do PRODER 2007-2013 (PDR Continente)

Salientamos agora mais especificamente os objetivos relativos às medidas e ações concretas constantes no quadro 4.

4.1 - Eixo 1 (Promoção da competitividade)

Este eixo é desenvolvido através de sete medidas de apoio projetos de investimento, conforme se pode verificar no quadro 4. Essas medidas visam apoiar tipologias de investimento distintas, em todas, uma orientação assente na competitividade agrícola e florestal, reforçando o setor produtivo e o redimensionamento empresarial. Através da cooperação empresarial com vista a obtenção de uma maior capacidade de atuar nos mercados e criar sinergias de desenvolvimento.

Estas tipologias de investimento assentam essencialmente em várias temáticas, a saber:

- promover e valorizar as fileiras de produção;
- valorização das empresas agrícolas e da transformação e comercialização;
- promoção da aquisição de dimensão crítica nas empresas;
- requalificação do tecido produtivo;
- potenciação da utilização económica de recursos associados à florestas;
- promoção do desenvolvimento de novos produtos e mercados;
- contribuir para o desenvolvimento dos regimes de qualidade certificada;
- boas práticas de gestão de risco na gestão empresarial;
- contribuir para o aumento da disponibilização de água
- apoiar o desenvolvimento do regadio
- intervir sobre algumas barragens hidro-agrícolas tendo em vista o cumprimento de novas normas de segurança
- contribuir para a eco-eficiência e redução da poluição através do apoio à requalificação ambiental

<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=373>

4.2 - Eixo 2 (Gestão sustentável do espaço rural)

Destina-se a compensar os agricultores da perda de rendimento e dos custos adicionais resultantes das desvantagens para a produção agrícola nas zonas de montanha e nas zonas com desvantagens naturais.

Apoiar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais e consolidar e melhorar a multifuncionalidade da floresta, garantindo e aumentando a sua valorização económica.

Existem várias tipologias de apoio, tais como:

- contribuir para a utilização contínua das terras agrícolas;
- manutenção da paisagem rural;
- conservação de sistemas de exploração agrícola sustentáveis;
- incentivar a conservação da diversidade genética animal e vegetal;
- funcionamento dos Livros Genealógicos e Registos Zootécnicos;
- trabalhos de caracterização das raças abrangidas;
- tornar a floresta menos vulnerável a incêndios e ataques de agentes bióticos nocivos;
- aumentar a rentabilidade económica do sector florestal;
- incentivar práticas de gestão das explorações e de produções agrícolas, assentes em compromissos que ajudem a proteção e melhoria do ambiente, da paisagem, dos recursos naturais.

(<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=380>)

4.3 - O Eixo 3 (dinamização de zonas rurais)

Os principais objetivos desta medida são:

Promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas, com vista à manutenção e criação de postos de trabalho em meio rural.

Para atingir este objetivo estabeleceu-se uma intervenção específica nas zonas rurais, que contribua para a diversificação de atividades económicas criadoras de riqueza e de

emprego permitindo fixar população e aproveitar recursos endógenos transformando-os em fatores de competitividade.

Esta intervenção assenta na existência de diversos instrumentos de política com incidência no mesmo território e realizar-se-á de acordo com uma estratégia de desenvolvimento local (EDL), elaborada pelas associações de desenvolvimento locais em parceria Grupos de Ação Local (GAL).

A medida Diversificação da Economia e Criação de Emprego desenvolve-se através de três ações:

- Diversificação de atividades na exploração agrícola;
- Criação e desenvolvimento de microempresas;
- Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer.

A medida Melhoria da qualidade de vida desenvolve-se em duas ações, a saber:

- Conservação e valorização do património rural;
- Serviços básicos para a população rural.

(<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=385>)

O eixo 3 do PRODER-Abordagem LEADER vai ser desenvolvido de forma mais específica mais adiante, em virtude de se tratar do objeto principal do nosso trabalho.

4.4-Eixo 4 (Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências)

Destina-se a incentivar mudanças tecnológicas e científicas desenvolvidas ou a desenvolver, promovendo a sua inovação de forma dinâmica e eficaz, privilegiando o recurso a parcerias que incluam os produtores, empresas, entidades de I&D, centros tecnológicos e outros com atividades relacionadas numa ótica de produto e território.

As várias tipologias de investimento para pedidos de apoio assentam em:

- inovação, através de práticas de cooperação entre os diversos setores das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as atividades produtivas;
- promover a utilização da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação e os serviços prestados;
- formação especializada, nomeadamente jovens agricultores;
- promover a oferta de serviços especializados com vista a um melhor desempenho global das empresas;
- acesso individual a serviços através da sua oferta organizada;
- a melhoria do apoio técnico aos agricultores e produtores florestais;
- serviços de Aconselhamento Agrícola

(<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=391>)

5-Eixo 3- Abordagem LEADER

Passamos agora a analisar o Eixo 3 do PRODER 2007-2013 para região da Terra Fria Transmontana, onde se inclui o nosso objeto de trabalho. Dinamização das Zonas Rurais, que são elas 3.1- Diversificação da Economia e Criação de Emprego composta por três ações (3.1.1-Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola; 3.1.2-Criação e Desenvolvimento de Microempresas; desenvolvimento de Atividades Turísticas e de lazer) a medida 3.2-Melhoria da Qualidade de Vida, composta por duas ações (3.2.1-Conservação e Valorização do património Rural e 3.2.2- Serviços Básicos para a População Rural).

No universo de quatro avisos de abertura (em anexo) de candidaturas da Corane, foram submetidos pelos promotores 318 projetos de investimento para as duas medidas (3.1 e 3.2).

Destas 318 candidaturas foram validadas para análise 282.²

As candidaturas validadas pelo Grupo de Ação Local da Corane, são submetidas a uma análise rigorosa por parte dos técnicos do programa e pontuadas através de uma grelha de avaliação elaborada pelo Grupo de Ação Local, e aprovada pelo Órgão de Gestão da Corane e posteriormente validada pelo secretariado técnico do PRODER do Gabinete de Planeamento e Políticas. Esta grelha de avaliação define-se através de vários itens que somados vão decidir a Valia Global para a Operação (VGO). (Ver anexo)

No âmbito das medidas do PRODER 2007-2013 na região da Terra Fria Transmontana, foram submetidas às 2 medidas (3.1 e 3.2) do eixo 3, um total de 318 projetos. Destes 282 para validação e 158 foram aprovados.

² Houve candidaturas não validadas em consequência de candidaturas mal formalizadas, pela falta de documentos, formulários deficientemente preenchidos, candidaturas sem enquadramento nas ações e promotores não elegíveis para o referido pedido de apoio.

Medidas	Ações	Valor total	FEADER	OE	Investimento Privado
3.1	3.1.1	3 310 634,42 €	1 324 253,77 €	331 063,44 €	1 655 317,21 €
3.1	3.1.2	5 035 359,90 €	2 014 143,97 €	503 535,98 €	2 517 679,95 €
3.1	3.1.3	4 671 018,48 €	1 868 407,39 €	467 101,85 €	2 335 509,24 €
		13 017 012,80 €	6 508 506,40 €	1 301 701,27 €	6 508 506,40 €
3.2	3.2.1	1 714 468,43 €	822 944,86 €	205 736,22 €	685 787,35 €
3.2	3.2.2	2 519 627,89 €	1 511 776,76 €	377 944,19 €	629 906,94 €
		4 234 096,32 €	2 334 721,62 €	583 680,41 €	1 315 694,29 €

Quadro 5- Orçamental Global 2007-2013 (Corane)

Os referidos projetos foram aprovados pressupondo um investimento total especificado no quadro 5. No referido quadro estão detalhadas as contribuições financeiras do FEADER e do OE, bem como os montantes financiados pelos próprios.

Através de dados recolhidos pela análise das candidaturas à medidas 3.1, nas ações 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3, relativamente aos projetos aprovados e implementados na região de atuação da Corane, permitiram apurar as principais características dos empreendedores em meio rural por nós financiados. Esta caracterização está abaixo sintetizada.

5.1-Perfil do empreendedor

Os promotores apresentam diferentes regimes empresariais, a saber: empresários em nome individual, sociedades por quotas, sociedades unipessoais e cooperativas. Assim, e no conjunto dos projetos enquadrados nas três ações identificadas neste trabalho, aparecem 42 promotores como empresários em nome individual (ENI), 8 candidaturas de sociedades unipessoais e 11 empresas promotoras de pedidos de apoio e 3 do setor cooperativo.

Os promotores do regime de empresário em nome individual, são a grande maioria dos titulares de projetos aprovados e representam 66% dos beneficiários, seguidos das

empresas (sociedades por quotas) que representam 17%, as sociedades unipessoais com 13% e finalmente as cooperativas com 4%.

Dos 42 projetos apresentados por ENI, 18 candidaturas são desenvolvidas (Apresentadas) por mulheres o que representa 43%, quanto às empresas, 8 entidades têm mulheres como sócio-gerente representando 42%.

Relativamente aos ENI, existem 25 promotores em que o projeto criou o próprio posto de trabalho e é efetivamente a única atividade, noutros caso a candidatura representa uma segunda atividade ou noutros casos uma atividade complementar, como acontece com os agricultores, que complementaram com a atividade candidatada, nomeadamente agroturismo e transformação de produtos uma nova componente na exploração agrícola. No que respeita à formação dos empreendedores, constata-se que 34 dos promotores apresentam formação superior, tanto a nível de candidaturas individuais como no caso de sócios-gerentes das empresas. Apenas 9 promotores dos projetos apurados têm escolaridade mínima obrigatória para enquadramento nas ações, todos os restantes apresentam escolaridade média.

Quanto à formação específica na área de pedido de apoio apresentado, 13 dos candidatos apresentam formação específica ao nível do turismo e/ou trabalho desenvolvido nas agroindústrias.

Apurando agora os promotores por idade, e dividindo em três escalões etários até aos 40 anos, dos 41 aos 65 anos e mais de 65 anos, 17 projetos são promovidos por jovens até aos 40 anos totalizando 27%, 39 projetos por promotores entre os 40 e os 65 anos correspondendo a 61% e os restantes por beneficiários com mais de 65 anos, sendo apenas 8 PA, 12% dos totais.

Dentro dos diferentes promotores existem situações face à profissão muito diversificadas, nomeadamente no que diz respeito a promotores que não têm este investimento como atividade profissional principal. Neste caso são 39 promotores em que a atividade profissional principal nada tem a ver com a candidatura, desde professores, enfermeiros, bancários, carpinteiros, empresários de outros ramos, reformados da função pública e emigrantes que regressam à origem.

Os promotores dos pedidos de apoio podem ter morada fora do território de intervenção, neste caso a única condição de elegibilidade depende da localização do investimento

que, esta sim tem que ser localizada na Terra Fria Transmontana. Abordamos agora este tema conforme a morada dos promotores de pedidos de apoio. Dos 64 promotores de pedidos de apoio, 36 moram na freguesia do investimento representando 56%, 13 beneficiários moram no concelho do investimento representando 20%, 5 promotores residem noutros concelhos da TFT correspondendo a 7% e finalmente 11 promotores residem fora da zona de intervenção da Corane o que equivale a 17%.

Analizamos de seguida os projetos relativos às ações da medida 3.1, objeto de estudo do nosso trabalho.

5.2-Medida 3.1-Diversificação da economia e criação de emprego

Neste quadro apresentam-se e caracterizam-se os projetos aprovados no Sub Programa 3 do PRODER, Medida 3.1-Diversificação da economia e criação de emprego, aprovados pela Corane – Terra Fria nas tipologias Agroturismo, agroindústrias (Transformação e comercialização), Casas de campo e animação turística. Esta medida divide-se em três ações 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola, 3.1.2-Criação e desenvolvimento de microempresas e 3.1.3-Desenvolvimento de ações turísticas e de lazer.

Estudaremos em separado as tipologias de projetos aprovados e executados por ação.

5.2.1-Ação 3.1.1- Diversificação de atividades na exploração agrícola

Esta ação inclui para este estudo duas tipologias de projetos (Agroturismo e comercialização e transformação de produtos agrícolas (Pequenas unidades de Transformação)

As candidaturas aprovadas nesta ação, são desenvolvidas por três tipos de promotores, os empresários em nome individual, sociedades unipessoais e sociedades por quotas. Todos os promotores têm obrigatoriamente uma atividade económica ligada à agricultura, à qual agora acrescentam o desenvolvimento da atividade de turismo em meio rural e a transformação a comercialização de produtos agrícolas.

A taxa de financiamento depende do nº de postos de trabalho efetivos que o promotor se propõe criar; parte-se de um mínimo de 40% de financiamento, avançando para 50% com a criação de um novo posto de trabalho e 60 % se o promotor criar 2 ou mais postos de trabalho, fixando-se aqui o limite máximo de taxa de financiamento. Existe ainda a possibilidade de criar postos de trabalho a meio tempo aumentando a taxa em

0,5% por cada um criado. Neste caso pode acontecer que projetos tenham uma taxa de financiamento de 45% e 55%.

A temática do Agroturismo é considerada uma modalidade TER associada a uma exploração agrícola, a recuperação e reabilitação dos edifícios rurais é considerada fundamentalmente como um complemento da atividade, tirando partido das potencialidades da exploração. Estes pedidos de apoio, diferenciam-se por considerarem a exploração agrícola como a componente animação para a estrutura, integrando de forma voluntária ou em programas temáticos organizados os hóspedes nos trabalhos agrícolas associados.

Projeto	Ação	Concelho	Freguesia	Investimento	Comparticipação	P.trabalho
Curral del tio pino	3.1.1	Miranda do Douro	Sendim	232 708,84€	139625,30€	2
Agro-Turismo Picote	3.1.1	Miranda do Douro	Picote	97 026,00€	48 513,00€	1
Casa de l cura	3.1.1	Miranda do Douro	Genísio	299 020,70€	164 461,39€	1,5
Casa das Quintanas	3.1.1	Vimioso	Caçarelhos	114 519,40€	57259,70€	1
Casa Puial de L Douro	3.1.1	Miranda do Douro	Miranda do Douro	235585,86	129572,22	1,5
Casa da Capela	3.1.1	Vinhais	Tuizelo	259 305,00€	155 583,00€	2
Casa do Brito	3.1.1	Vinhais	Edral	250 701,27€	150 420,76€	2
Casal Palácios	3.1.1	Bragança	S. Julião de Palácios	293 337,86€	146 668,93€	1
Casa dos Reis	3.1.1	Bragança	S. Julião de Palácios	119 037,59€	59 518,80€	1
Casa da Freixiosa	3.1.1	Miranda do Douro	V. Chã da Braciosa	147599,19	73 799,70€	1
Casa de Dine	3.1.1	Vinhais	Fresulfe	184 331,84€	92 165,92€	1
Agro Soutilha	3.1.1	Vinhais	Ervedosa	130 623,65	65 311,83€	1
L Belharino de Genísio	3.1.1	Miranda do Douro	Genísio	195 115,84	97 557,92€	1
Casa do regedor	3.1.1	Miranda do Douro	Palaçoulo	129 169,00€	64 584,50€	1
Casa do Bodelgo	3.1.1	Miranda do Douro	Sendim	60 837,00€	30 418,50€	1
Quinta de Cordeiro	3.1.1	Miranda do Douro	Duas Igrejas	108 641,78€	543 20,89€	1

Quadro 6- Candidaturas aprovadas ação 3.1.1-Agro turismo (Corane)

Dos 16 projetos aprovados e executados, contamos com 13 candidaturas por empresários em nome individual, uma candidatura de uma sociedade unipessoal e duas candidaturas apresentadas por empresas.

O total de investimento por candidatura para esta tipologia varia entre 5 000,00 euros e 300 000,00 euros, sendo apurado em sede de análise o investimento elegível que terá obrigatoriamente de se situar neste intervalo de valores.

Esta ação conta com 16 projetos de investimento, com um investimento total aprovado de 2 857 560, 82 euros e com uma comparticipação financeira de 1 529 782,25 euros. A comparticipação financeira destes projetos varia entre os 40% e os 60% conforme as regras da criação de postos de trabalho definida para ação.

Estas candidaturas, criaram efetivamente no seu total 20, 5 postos de trabalho, 20 trabalhadores a tempo inteiro e um em regime de meio tempo. Os postos de trabalho criados são trabalhadores por conta de outrem. A qualificação dos empregos criados avalia-se pela formação na área turística dos trabalhadores; estes projetos incluem na sua totalidade 7 postos de trabalho qualificados e 13,5 de pessoal dos serviços gerais.

Relativamente à distribuição geográfica dos projetos dentro da Terra Fria e nos Concelhos que a constituem, verificamos que a grande maioria das candidaturas, se encontram no concelho de Miranda do Douro (9) projetos, seguido de Vinhais com (4), Bragança (2) e por fim o concelho de Vimioso (1) projeto.

Estes projetos são bastante idênticos no que se refere às rubricas de investimento. Em todas as candidaturas a grande parte do investimento total destina-se a obras de recuperação dos edifícios e equipamentos fixos, seguido de aquisição de mobiliário e eletrodomésticos, equipamentos de energias renováveis e por fim equipamento de animação, promoção e divulgação, equipamento informático e criação de websites.

As referidas unidades de agroturismo estão dotadas de todas estruturas inerentes à hospedagem, contando no total com 97 quartos, o que ilustra a importância desta medida na região.

Passaremos agora a apresentar alguns dos projetos que consideramos interessantes pela sua pertinência, quer pela história associada aos edifícios quer pelo percurso dos promotores.

5.2.1.1-Estudo de caso

Nome do PA- Casa das Quintanas

Localização-Caçarelhos-Vimioso

Investimento Total- 114 519,30€

Modalidade TER – Agroturismo



Figura 3-Foto Casa das Quintanas (Corane)

Esta candidatura assenta essencialmente na animação associada à existência de animais de raça Asinina “O Burro Mirandês” espécie em vias de extinção. O promotor sendo secretário técnico da Associação para o estudo e Proteção do Gado Asinino (AEPGA), possui uma exploração agrícola com efetivos desta raça e desenvolve atividades diferentes com estes animais, o caso da asinoterapia, uma experiência terapêutica para crianças com deficiência poderem ter contato com estes animais. Segundo o promotor são experiências bastante enriquecedoras. Com o investimento no Agroturismo está a conseguir maior dinamização da exploração, um acréscimo nos rendimentos familiares,

42

bem como condições de trabalho e hospedagem para os clientes. Esta candidatura conta com um investimento total de 114 519,40€ com uma taxa de financiamento de 50% correspondendo a um apoio não reembolsável de 57 259,70€. Esta unidade TER está equipada com 5 unidades de alojamento devidamente equipadas o que permite desenvolver a atividade com uma rentabilidade económica devidamente sustentada. Ao nível da criação dos postos de trabalho o promotor contratou uma colaboradora a tempo inteiro com formação na área do turismo, o que lhe permite receber os clientes e desenvolver a atividade com grande profissionalismo e, simultaneamente responder às solicitações dos turistas de forma tecnicamente adequada. Este pedido de apoio, previa em sede de candidatura uma taxa de ocupação para o ano cruzeiro (2017) de 27%, verificando-se através de dados fornecidos pelo promotor uma taxa real para o final do ano de 2014 de 24%, dados estes que são muito satisfatórios na ótica do promotor

5.2.1.2-Estudo de caso

Nome do PA- Casa Puial Del Douro

Localização-Aldeia Nova-Miranda do Douro

Investimento Total- 235 585,86€

Modalidade TER - Agroturismo

Figura 4- Foto Casa Puial Del Douro



Figura 4- Foto Casa Puial Del Douro (Corane)

O projeto “Casa Puial Del Douro”, localiza-se na Aldeia Nova, no Concelho de Miranda do Douro. Este projeto tal como o anterior é pertinente pela componente de animação turística associada. O promotor, professor de Mirandês utiliza a sua experiência profissional e formativa para a realização de workshops e conferências temáticas em Mirandês, bem como passeios pedestres ambientais com identificação da fauna e da flora. Este agricultor e professor como atividade de trabalho, complementou a sua exploração agrícola, criando condições para receber turistas e utilizando uma experiência de vida como atividade animadora dos hóspedes. Esta candidatura apresenta um investimento total de 235 585,86€ com uma taxa de financiamento de 55%

correspondendo a um apoio não reembolsável de 129 572,22€. Esta unidade TER está equipada com 8 unidades de alojamento devidamente preparada o que permite desenvolver a atividade com uma rentabilidade económica devidamente sustentada. Ao nível da criação dos postos de trabalho a promotor contratou uma colaboradora a tempo inteiro com formação na área do turismo e uma colaboradora para os serviços gerais a meio tempo, o que lhe permite receber os clientes e desenvolver a atividade com grande profissionalismo e ao mesmo tempo responder às solicitações dos turistas de forma adequada. Este pedido de apoio, previa em sede de candidatura uma taxa de ocupação para o ano cruzeiro de 27%, neste caso não podemos aferir valores, porque iniciou á cerca de três meses a atividade, mas em conversa com o promotor reflete-se alguma preocupação por parte deste relativamente à ocupação que consegue, embora já esteja a receber hóspedes e a fazer contactos.

5.2.2-Projetos da Ação 3.1.1 (Transformação e comercialização)

Para esta tipologia de investimento as condições de acesso são comuns à ação anterior, quer no tipo de promotor quer nas taxas de financiamento associadas.

5.2.2.1-Projetos Apoiados na tipologia de investimento (transformação e comercialização)

A Transformação e comercialização de produtos agrícolas produzidos na exploração, assegura essencialmente, da mesma forma que, as atividades complementares à agricultura dentro da exploração agrícola: um aumento da área de atuação do promotor, essencialmente transformar os produtos e colocar no mercado, acrescentando valor, aumentando o escoamento das produções e conseqüentemente um aumento dos rendimentos.

Neste período de financiamento houve dois projetos aprovados e executados, um deles, desenvolvido por empresário em nome individual, o outro é uma candidatura de uma empresa.

O total de investimento por candidatura para esta tipologia varia entre 5 000,00 euros e 25 000,00 euros, sendo apurado em sede de análise o investimento elegível que terá obrigatoriamente de se situar neste intervalo de valores.

Projeto	Ação	Concelho	Freguesia	Investimento	Comparticipação	P.trabalho
Fumeiro de Parada	3.1.1	Bragança	Parada	24897	12 448,50€	1
Linha de Engarrafamento Vinhos	3.1.1	Miranda do Douro	V. Chã da Braciosa	24938	12 469,00€	1

Quadro 7-Projetos aprovados ação 3.1.1-Agroindústrias (Corane)

Assim, nesta tipologia há dois projetos de investimento, com um investimento total aprovado de 49 835,00 euros e com uma participação financeira de 24 917,50 euros. A participação financeira destes projetos é de 50%, com a majoração para a criação de um posto de trabalho.

Estas candidaturas, criaram efetivamente dois postos de trabalho, dois trabalhadores a tempo inteiro. Trata-se de trabalhadores por conta de outrem.

Relativamente à distribuição geográfica destes projetos dentro da Terra Fria e nos concelhos que a constituem, um projeto situa-se no concelho de Miranda do Douro, outro no concelho de Bragança.

Os projetos desenvolvem atividades de transformação e comercialização, um na área do vinho e outro na produção de fumeiro. As rubricas de investimento são semelhantes, contemplando obras de construção e recuperação dos edifícios e equipamentos produtivos, máquinas de embalagem e conservação.

5.2.3-Projetos da Ação 3.1.2 (Transformação e comercialização)

Para esta tipologia de investimento as condições de acesso são comuns à ação 3.1.1, simplesmente não existe a obrigatoriedade do promotor e do próprio projeto estar ligado a uma exploração agrícola. As taxas de financiamento associadas também são iguais às restantes ações.

Neste período de financiamento existem 18 projetos aprovados e executados, doze deles, desenvolvido por empresário em nome individual, e seis candidaturas de empresas.

O total de investimento por candidatura para esta tipologia varia entre 5 000,00 euros e 300 000,00 euros, sendo apurado em sede de análise o investimento elegível que terá obrigatoriamente de se situar neste intervalo de valores.

Projeto	Ação	Concelho	Freguesia	Investimento	Comparticipação	P.trabalho
Tratamento e recolha de castanha	3.1.2	Vinhais	Travanca	86 316,67€	51 790,00€	2
Posto de vendas e Sala de Provas	3.1.2	Miranda do Douro	Sendim	24 804,14€	9 921,66€	0
Sabores da Muralha	3.1.2	Miranda do Douro	Miranda do Douro	15 054,61€	7 527,31€	1
Fumeiro Regional Gimonde	3.1.2	Bragança	Gimonde	24 907,71€	9 963,08€	0
Linha de engarrafamento de azeite	3.1.2	Vimioso	Santulhão	21 890,00€	8 756,00€	0
Equipamento de controlo da qualidade	3.1.2	Bragança	Izeda	24 806,00€	9 922,40€	0
Licor Gaitinhas	3.1.2	Miranda do Douro	Sendim	24 768,32€	9 907,33€	0
Cachicos-Pedacinhos de fruta	3.1.2	Miranda do Douro	Sendim	13 955,20€	6 977,60€	1
Unidade de Transformação de Cogumelos	3.1.2	Bragança	Serapicos	24 900,00€	12 450,00€	1
1º Vinho Biológico DOC	3.1.2	Miranda do Douro	Sendim	24 970,00€	9 988,00€	0
Fumeiro Las Tabafeias	3.1.2	Miranda do Douro	Sendim	25 000,00€	12 500,00€	1
A 2ª vida da Azeitona	3.1.2	Bragança	Izeda	24 955,00€	9 982,00	0
Origem Transmontana	3.1.2	Bragança	Paradinha Nova	24 937,00€	12468,50	1
Fumeiro Castro	3.1.2	Bragança	Castro de Avelãs	24 823,10€	9929,24€	0
Lhagar de Pradolinhos	3.1.2	Miranda do Douro	Palaçoulo	24 516,55€	12 258,28€	1
Fumeiro Caravela	3.1.2	Bragança	S. Julião de Palácios	24 850,00€	12 425,00€	1
Enchidos Aurélios	3.1.2	Vinhais	Rebordelo	18 993,00€	9 496,50€	0
Fumeiro Picote	3.1.2	Miranda do Douro	Picote	13 545,00€	5 418,00€	0

Quadro 8-Projetos aprovados ação 3.1.2-Agroindústrias

Assim, nesta tipologia há dezoito projetos de investimento, com um investimento total aprovado de 467 992,30 euros e com uma participação financeira de 221 680,90

euros. A comparticipação financeira destes projetos é de 40, 50% ou 60%, com a majoração para a criação de postos de trabalho.

Estas candidaturas, criaram efetivamente nove postos de trabalho, nove trabalhadores a tempo inteiro. Trata-se de trabalhadores por conta de outrem.

Relativamente à distribuição geográfica destes projetos dentro da Terra Fria e nos concelhos que a constituem, oito projetos situam-se no concelho de Miranda do Douro, sete no concelho de Bragança, dois projetos em Vinhais e um projeto no concelho de Vimioso.

Os projetos desenvolvem atividades de transformação e comercialização, um na área do vinho, azeite, castanha e produção de fumeiro. As rubricas de investimento são semelhantes, contemplando obras de construção e recuperação dos edifícios e aquisição de equipamentos produtivos, máquinas de embalagem e conservação.

Passamos a identificar alguns estudos de caso para a transformação e comercialização. Estes estudos de caso são comuns às ações 3.1.1 e 3.2.2, em virtude da semelhança dos projetos.

5.2.3.1-Estudo de caso

Nome do PA- Fumeiro de Parada

Localização-Parada-Bragança

Investimento Total- 24 897,00 €

Unidade de Produção de Fumeiro



Figura 5-Foto Fumeiro de Parada (Corane)

O Projeto “Fumeiro de Parada”, trata-se de uma cozinha regional ou seja uma unidade de produção de fumeiro regional. Localiza-se na aldeia de Parada no concelho de Bragança, e é promovido por um jovem empresário em nome individual. Além deste investimento está ainda instalado como jovem empresário agrícola o que lhe permite conciliar e complementar as duas atividades. Com esta candidatura o promotor criou e valorizou uma cadeia de valor para os seus produtos que vai desde a criação de suínos até a venda de fumeiro, apostando assim nesta fileira de atividade, desde a criação da matéria-prima, à transformação e comercialização do produto final. Esta candidatura

apresentou um investimento total de 24 897,00 € com financiamento não reembolsável de 12 448,50 €, com uma taxa de participação de 50%, dado que este pedido de apoio contempla a criação de um posto de trabalho a tempo inteiro. Neste caso o promotor contratou uma colaboradora para a laboração do fumeiro regional, um elemento com elevada experiência na produção de fumeiro, aliando as exigências de laboração com o saber fazer tradicional. Em conversa com o promotor e através de dados fornecidos à Corane, percebe-se que as previsões em termos de estudo de viabilidade económica foram largamente ultrapassadas, o que significa também um grande empenho por parte do promotor. O sucesso atribuído a esta atividade e mais concretamente a este projeto deve-se à qualidade do produto, promoção e divulgação e sobretudo à participação em feiras e eventos da especialidade.

5.2.3.2-Estudo de caso

Nome do PA- Linha de Engarrafamento de Vinhos

Localização-Vila Chã da Braciosa-Miranda do Douro

Investimento Total- 24 938,00 €,



Figura 6-Foto Linha de Engarrafamento de Vinhos (Corane)

O projeto “Linha de engarrafamento de vinhos”, diz respeito à criação de um espaço de produção, engarrafamento e exposição/venda de vinhos, localizado na freguesia de Vila Chã da Braciosa, no concelho de Miranda do Douro. A candidatura foi apresentada por uma empresa, no caso uma sociedade unipessoal. Esta empresa dedica-se essencialmente à viticultura, sendo produtora de uvas, encontrou nesta candidatura a oportunidade de criar a própria adega, e seguir com todo o processo, produção de vinho, engarrafamento e comercialização com uma marca própria “Bilaplana”. Todo este conjunto de atividades permite ao promotor, trabalhar uma fileira desde a produção, à transformação, engarrafamento e comercialização com marca própria. Este pedido de apoio traduziu-se num investimento total de 24 938,00 €, contando com um financiamento de 12 469,00 €, ou seja com uma taxa de comparticipação de 50%. No que se refere à criação de emprego o promotor contratou um colaborador a tempo inteiro para o engarrafamento e comercialização dos vinhos. Embora a empresa já existisse e algum trabalho já estivesse a ser feito, nomeadamente a venda de vinho para outras marcas, agora começa a trabalhar no novo modelo de desenvolvimento da atividade. Os resultados económicos previstos ainda não podem ser aferidos, porque a operação de investimento só se concluiu no final de 2014, não existindo ainda um balanço definitivo sobre as vendas. No entanto, em conversa com o beneficiário percebe-se que o negócio está a correr bem e se preveem resultados superiores aos estimados. Este bom desempenho deve-se à qualidade do produto, ao trabalho de comercialização que está a ser desenvolvido e à participação em feiras e eventos da especialidade.

5.2.4-Projetos apoiados na ação 3.1.3 na modalidade TER- Casas de Campo

A modalidade TER-Casas de Campo, diferencia-se do Agroturismo por não haver obrigatoriedade de outra atividade associada, neste caso a obrigatoriedade de o promotor ser agricultor, ou seja detentor de uma exploração agrícola.

Projeto	Ação	Concelho	Freguesia	Investimento	Comparticipação	P.trabalho
Casa de L Telar	3.1.3	Miranda do Douro	Duas Igrejas	168 056,98€	100834,19	2
Amontesinho	3.1.3	Bragança	Gimonde	96 611,37€	57 966,82	2
Casa do Pelourinho	3.1.3	Bragança	Rebordainhos	107 073,37€	53 536,81€	1
Casa do Correio	3.1.3	Miranda do Douro	V. Chã da Braciosa	155 217,06€	77 608,53€	1
Casa de L Bárrio	3.1.3	Miranda do Douro	Picote	57 176,66€	28 588,33€	1
Turismo Rural –Picanço	3.1.3	Bragança	Mós	59 839,84€	29 919,92€	1
Casa do Poço	3.1.3	Miranda do Douro	Ifanes	245 642,51€	147 385,51€	2
Casa dos Edras	3.1.3	Miranda do Douro	Miranda do Douro	295 306,30€	177 183,78€	2
Casa do Enchido	3.1.3	Bragança	Mós	165 390,45€	82 695,23€	1
Casa de Terroso	3.1.3	Bragança	Espinhosela	174 535,32€	69 814,13€	0
Casa Retiro	3.1.3	Bragança	Espinhosela	150 299,82€	75 149,91€	1
Abrigo IV	3.1.3	Bragança	França	194 921,74	97 460,87€	1
Casa do Alpendre	3.1.3	Bragança	França	202 483,85€	91 117,73€	0,5
Bongalows Cepo Verde	3.1.3	Bragança	Gondesende	130 828,09€	78 496,85€	2
Casa da Pata da Moura	3.1.3	Bragança	Meixedo	201 936,21€	121 161,73€	2
Casa da Serrada	3.1.3	Bragança	França	175 074,74€	87 537,37€	1
Casa de Salsas	3.1.3	Bragança	Salsas	167 197,40€	83 598,70€	1
= Habitat	3.1.3	Bragança	Rabal	156 647,50€	78 323,75€	1
Quinta das Colmeias	3.1.3	Bragança	Sortes	197 343,92€	118 406,36€	2
Casa do Médico	3.1.3	Vimioso	Carção	169 386,71€	84 693,36€	1
Casa da Portela	3.1.3	Bragança	Rio de Onor	77 448,64€	38 724,32€	1
Csa da Ti Cura	3.1.3	Miranda do Douro	Atenor	196 770,20€	118 062,12€	2
Casa da Capela	3.1.3	Bragança	Meixedo	199 458,20€	119 674,92€	2
Casa de Sendim	3.1.3	Miranda do Douro	Sendim	55 958,24€	27 979,12€	1
Curral D´Avó	3.1.3	Vimioso	Caçarelhos	134 329,81€	67 164,91€	1
Santa Teresinha	3.1.3	Vimioso	C. Víboras	71 369,84€	35 684,92€	1
Casa do Pedro	3.1.3	Vinhais	Sobreiró	144 092,67€	72 046,34€	1
Casa do Curral	3.1.3	Miranda do Douro	Genísio	184 434,68€	110 660,81€	2

Quadro 9-Projetos aprovados ação 3.1.3-TER-Casas de campo (Corane)

Qualquer entidade singular ou coletiva devidamente constituída pode aceder à ação 3.1.3 desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, onde se enquadra a modalidade TER “Casas de Campo”.

As candidaturas a esta ação 3.1.3, são desenvolvidas por três tipos de promotores da mesma forma que os candidatos à ação 3.1.1, os empresários em nome individual (ENI), sociedades unipessoais e sociedades por quotas (empresas). No que diz respeito aos ENI são 20 promotores, que desenvolvendo ou não outra atividade obrigatoriamente têm a CAE 55202, para o desenvolvimento da atividade de turismo em meio rural. Para os promotores que estão inscritos como Sociedades Unipessoais, trata-se de sociedades por quotas em que a empresa pertence a um único sócio, têm na sua atividade a CAE 55202 ligada ao TER. Nesta última classificação houve apenas uma candidatura.

Nesta ação foram decididos positivamente 28 projetos de investimento, com um investimento total aprovado de 4 334 832,37 euros e com uma participação financeira de 2 331 477,31 euros. A taxa de financiamento depende do nº de postos de trabalho efetivos que o promotor de propõe e criar, sendo que a taxa de financiamento começa nos 40%, avançando para 50% com a criação de um posto de trabalho e 60 % se o promotor criar 2 ou mais postos de trabalho, sendo este o limite máximo de taxa de financiamento. Existe ainda a possibilidade de criar postos de trabalho a meio tempo aumentando a taxa em 0,5% por cada um criado, neste caso pode acontecer que projetos tenham uma taxa de 45% e 55%.

Estas candidaturas, criaram efetivamente num total 35,5 postos de trabalho, 35 trabalhadores a tempo inteiro e um em regime de meio tempo, na questão dos postos de trabalho salientamos que 33,5 são trabalhadores por conta doutrem e 2 foi criação do próprio posto de trabalho. A qualidade dos postos de trabalho avalia-se pela formação na área turística dos trabalhadores, estes projetos incluem na sua totalidade 15 postos de trabalho qualificados e 20,5 de pessoal dos serviços gerais.

Quanto à distribuição geográfica dos projetos dentro da Terra Fria, verificamos que a grande maioria das candidaturas, se encontram no concelho de Bragança (16), seguido de Miranda do Douro com (8), Vimioso com (3) e por fim o concelho de Vinhais com apenas uma candidatura (1).

Os projetos desta modalidade são bastante idênticos no que se refere às rubricas de investimento. Em todas as candidaturas a grande fatia do investimento está relacionada com obras de recuperação dos edifícios e equipamentos fixos, seguido da aquisição de mobiliário e eletrodomésticos, aquisição de energias renováveis e por fim equipamento de animação, de promoção e divulgação, bem como equipamento informático e construção de websites.

Nesta modalidade há projetos que se diferenciam positivamente, passamos a apresentar alguns casos:

5.2.4.1-Estudo de caso

Nome do PA- =Habitat

Localização-Rabal-Bragança

Investimento Total- 156 647,50 €

Modalidade TER – Casa de Campo



Figura 7-Foto = Habitat (Corane)

Este projeto que tem como principal característica ser um projeto de (turismo rural inclusivo), na casa TER “=Habitat”. Todos os quartos são acessíveis a pessoas com

deficiência, tem acesso, com elevador, camas articuladas e roupeiros adaptados, num contexto de uma unidade de TER com grande qualidade. Á partida, nada revela tratar-se de uma estrutura adaptada. Atendendo a que a promotora deste projeto é fisioterapeuta de formação, está por isso em condições de fornecer todo o apoio necessário aos hóspedes quer na estadia quer nas atividades de animação programadas em função das possibilidades de cada turista. Este pedido de apoio comportou um investimento total elegível de 156 647,50 € com uma taxa de comparticipação de 50%, correspondendo a um investimento não reembolsável de 78 323,75 €. No que diz respeito à criação de emprego, existe a obrigatoriedade por parte do promotor de criar um posto de trabalho. Neste caso atendendo à formação da promotora em fisioterapia de reabilitação, contratou uma colaboradora para os serviços gerais e desta forma conseguem conciliar o trabalho técnico com todas as tarefas inerentes à atividade. Este pedido de apoio, previa em sede de candidatura uma taxa de ocupação variável entre 18% até aos 30% no ano cruzeiro, neste caso não podemos aferir valores, porque iniciou a atividade há cerca de três meses, mas com conversa com a promotora e apuramos que tem tido alguma ocupação e sobretudo contactos.

5.2.4.2-Estudo de Caso

Nome do PA- Casa do Médico

Localização-Carção-Vimioso

Investimento Total- 169 386,71€



Figura 8-Foto Casa do Médico (Corane)

Destacamos ainda um outro projeto apoiado nesta ação; a “Casa do Médico”. Trata-se da recuperação e adaptação ao TER de uma casa na aldeia em Carção, concelho de Vimioso, construída pelo primeiro médico do concelho. Este pedido de apoio é promovido pelo bisneto do referido médico. Esta unidade conta com seis quartos e o espólio de médico encontra-se exposto numa sala denominada de consultório. Este pedido de apoio apresenta um investimento total elegível de 169 386,71 € com uma taxa de comparticipação de 50%, correspondendo a um subsídio não reembolsável de 84 693,36 €. No que diz respeito à criação de emprego, existe a obrigatoriedade por parte do promotor de criar um posto de trabalho, tendo já contratado uma colaboradora de serviços gerais. Este pedido de apoio, previa em sede de candidatura uma taxa de

ocupação variável entre 16% até aos 29% no ano cruzeiro. Não podemos ainda aferir estes valores, porque iniciou a atividade há cerca de três meses, mas em conversa com o promotor, neste período, o negócio tem tido uma procura superior ao que estava inicialmente previsto.

5.2.4.3-Estudo de Caso

Nome do PA- Abrigo IV

Localização- Montesinho-Bragança

Investimento Total- 194 921,74 €

Modalidade TER – Casa de Campo



Figura 9- Foto Abrigo IV (Corane)

Destacamos ainda o projeto “Abrigo IV”. Trata-se de uma estrutura com quatro quartos, localizada na aldeia de Montesinho, concelho de Bragança. Segundo o livro do tomo do Mosteiro de San Martim de Sanábria em Espanha, a casa foi construída pelos Monges do Mosteiro gótico, situado nas montanhas de Sanábria e cujos terrenos chegavam até a cidade de Bragança. Esta casa era usada como um *cenobium* de meditação e abrigo de Monges que vinham pregar a fé e cobrar as rendas. O promotor que tem uma empresa de restauro e é licenciado em história da arte conservação e bens culturais, adquiriu o imóvel para o transformar numa unidade TER. Dinamiza atividades

de animação ligadas a visitas culturais, estando já a desenvolver um percurso “Rota da Arte”.

Este pedido de apoio tem um investimento total elegível de 194 921,74 € com uma taxa de comparticipação de 50%, correspondendo a um subsídio não reembolsável de 97 460,87 €. No que diz respeito à criação de emprego, existe a obrigatoriedade por parte do promotor a criação de um posto de trabalho. Foi já contratado um colaborador com formação na área do turismo. Este pedido de apoio, previa em sede de candidatura uma taxa de ocupação de 27%, coincidente com os dados estatísticos do turismo Porto e Norte. Não se podem aferir ainda valores, porque iniciou a atividade há cerca de seis meses, mas com conversa com beneficiário concluímos que o projeto tem uma procura significativa, salientando a sua localização na aldeia de “Montesinho”, aproximando dos valores previstos em pedido de apoio.

5.2.5-Projetos da Ação 3.1.3 (Animação Turística)

Nesta ação foi decidido positivamente um projeto de investimento, onde consta um investimento total aprovado de 56 711,20 € e com uma comparticipação financeira de 22 648,48 €. A taxa de financiamento depende do nº de postos de trabalho efetivos que o promotor de propõe e criar, sendo que a taxa de financiamento começa nos 40%, avançando para 50% com a criação de um posto de trabalho e 60 % se o promotor criar 2 ou mais postos de trabalho, sendo este o limite máximo de taxa de financiamento. Existe ainda a possibilidade de criar postos de trabalho a meio tempo aumentando a taxa em 0,5% por cada um criado, neste caso pode acontecer que projetos tenham uma taxa de 45% e 55%.

Projeto	Ação	Concelho	Freguesia	Investimento	Comparticipação	P.trabalho
Coordenada de turismo ativo	3.1.3	Vimioso	Vale de Frades	56 711,20€	22 684, 48€	0

Quadro 10-Projetos aprovados ação 3.1.3-TER-Casas de campo

Esta candidatura, não cria diretamente postos de trabalho pelo que afeta a taxa de financiamento.

Quanto à distribuição geográfica dos projetos dentro da Terra Fria, verificamos esta candidatura está localizada na aldeia de Vale de Frades, concelho de Vimioso

5.2.5.1-Estudo de caso

Nome do PA- Coordenadas de Turismo Ativo

Localização-Vale de Frades-Vimioso

Investimento Total- 56 711,20 €



Figura 10-Foto Coordenadas de Turismo ativo (Corane)

Este pedido de apoio designado “Coordenadas de Turismo Ativo” promovido pela empresa Coordenada D`aventura, Unipessoal, Lda, criada para o efeito. O Projeto apresentado prevê a criação e desenvolvimento de uma empresa de animação turística. Da operação consta a criação de dezassete produtos turísticos e a aquisição dos respetivos equipamentos, tais como: Passeios pedestres (Expedição fotográfica, Birdwatching e Fauna e Flora), BTT, Canoagem, Manobras de cordas (Escalada, Rappel e Slide, Paralelas e Tirolesa), Tiro (Arco, Besta, Zarabatana e Fisga), Buggie (dois para adultos e um para jovens), Pontes, Paintball, Paramotor, Go cart, Organização TT,

Passeios Equestres, Visitas culturais, Orientação, Aluguer de equipamentos, organização de Campos de férias. Os investimentos da candidatura, consistem na aquisição de todos os equipamentos necessários e obrigatórios ao desenvolvimento das atividades, a saber: cordas, fixadores, conector, terminal, equipamento de vedação de pista, paramotor e equipamento, karts, equipamento de som, estrutura em alumínio para atividades, material audiovisual, upwing 90 Kg, equipamento de paintball, equipamento para energia, postes e madeiras e desenvolvimento de website.

No que diz respeito à criação de emprego, esta empresa conta com 5 colaboradores em regime de prestação de serviços. Segundo o promotor não se justifica a contratação de colaboradores a termo fixo, dado que haverá necessidade de mais colaboradores em certas épocas do ano e nomeadamente aos fins-de-semana, o que obriga a ter um conjunto de técnicos para cada atividade. A empresa possui uma equipa de colaboradores a regime de prestação de serviços, técnicos de desporto e professores que prestam este serviço fora do horário de trabalho profissional.

O promotor tem parcerias ao nível de 12 unidades de alojamento de TER, para assim desenvolver produtos que sirvam as necessidades existentes.

Há também um protocolo para utilização do Parque de Campismo de Vimioso, por forma a utilizar o espaço, desenvolver produtos em parceria com o município e criar uma dinâmica local.

O promotor fez o curso de peritos World Adventure, Qualificação do Turismo Ativo o qual integra o projeto e está reconhecido como uma entidade que trabalha com as normas e padrões QTA- Qualificação do Turismo Ativo, e assim contar com estes serviços.

De entre as várias parcerias existentes na região salientamos: as com o Moto Clube Vimioso, Casa das Quintanas, Casa dos Reis, Palombar, AEPGA, Casa de L Cura e Quinta de Cabril-Sabrosa.

Os serviços e produtos que vão surgir com este projeto têm como mercado/público-alvo: os turistas que visitam a região, e aí ficam alojados, e procuram atividades que interajam com o meio ambiente local. Daí a existência de protocolos com diversas unidades. O município onde está sediado, com o qual também já foi feito protocolo de cooperação, e outros como Miranda do Douro e Bragança, subcontratam este tipo de serviços que disponibilizam aos munícipes em alturas de festas e de férias escolares. As escolas que cada vez mais procuram atividades diferentes, para os seus alunos. As empresas que adquirem pacotes de atividades, para oferecer aos seus colaboradores e clientes. O público em geral residente na região está sensível à utilização destas atividade. O pacote serviços/produtos que vão ser colocados à disposição deste público-

alvo cumpre todas as regras de segurança e padrões de qualidade. Este era aliás o público-alvo identificado na candidatura. No entanto o que se tem verificado nestas atividades é que 80% da atividade da empresa tem sido desenvolvida com clientes de Espanha (através de uma agência de Madrid) que tem contratualizado os seus serviços.

Este pedido de apoio, previa em sede de candidatura prevê resultados económicos identificados no estudo de viabilidade de 22 840,00 € para o 1º ano após investimento, crescendo para 32 339,00 € no ano cruzeiro. Segundo dados fornecidos à Corane e através de conversa com o promotor estes objetivos financeiros foram atingidos, através da verificação do ano de 2014, considerado ano cruzeiro deste investimento.

6- Conclusão

Neste trabalho abordou-se a medida 3.1-Diversificação da economia e criação de emprego na Terra Fria transmontana, para duas tipologias de projetos, a saber: turismo em espaço rural e agroindústrias (Transformação e comercialização).

Para estes projetos a taxa de execução realizada, está na média de todos os eixos atingindo uma média de 98% relativo ao investimento inicialmente aprovado.

No conjunto dos projetos em análise, verificamos que relativamente aos da modalidade TER, as previsões de ocupação são relativamente baixas em sintonia com as médias observadas na região. De facto existe pouca confiança na modalidade, embora em alguns casos as taxas sejam ultrapassadas e situações que existe uma grande dificuldade em atingir os objetivos financeiros propostos.

Na vertente da agroindústria os promotores são mais ambiciosos, existe uma previsão financeira com rentabilidades mais altas, existindo uma maior facilidade em atingir ou mesmo em ultrapassar os objetivos propostos.

Em Junho de 2014, quando os projetos candidatados e aprovados estavam já executados e em funcionamento a Corane promoveu umas jornadas de trabalho (em anexo) com os promotores de projetos de turismo apoiados na Terra Fria pelo PDR e de 2007-2013. Estas jornadas de trabalho visavam sobretudo ouvir os promotores de TER e perceber porque é que o alcance dos investimentos feitos ficou aquém do previsto, e simultaneamente listar um conjunto de ações avançadas pelos promotores que permitissem ultrapassar os constrangimentos verificados. Reuniram cerca de 20 promotores de projetos, principalmente na área de Turismo em espaço Rural, mas também da Animação turística e restauração. Das conclusões a que se chegou destacam-se:

- O número significativo de projetos TER apoiados permitiram ampliar a oferta de alojamento local. No entanto a falta de animação turística e a falta de organização de produtos turísticos tem limitado o aproveitamento dos potenciais que a região apresenta. Não chega disponibilizar espaço e paisagem, é preciso organizar produtos integrados que combinem diferentes serviços e rotas que valorizem os potenciais naturais, culturais materiais e imateriais existentes, bem como os produtos locais.
- A oferta de alojamento local é ainda de pequena escala e está pouco organizada em rede o que limita a atratividade e a captação de visitantes.

- A falta de promoção organizada, sistemática e com sentido estratégico, dirigida a segmentos de mercado específicos, jogando com a diversidade de produtos de forma a combater a sazonalidade, não tem permitido aproveitar completamente o potencial que a região apresenta.

Há, portanto, um importante trabalho de organização a realizar em torno da definição de binómios produto-mercado e da sua promoção.

Reconheceu-se também a importância de práticas sistemáticas de trabalho em cooperação entre os principais atores locais de forma a organizar a oferta e a promoção da região e dos seus produtos.

As intervenções produzidas permitiram sinalizar um conjunto de ações e de medidas com vista ao desenvolvimento da fileira do turismo, nomeadamente as seguintes:

- reforçar a capacidade de acolhimento local
- apostar na organização de produtos turísticos
- conhecer os mercados e estabelecer estratégias de promoção e de venda
- promover a formação
- governância de forma a garantir uma gestão integrada dos produtos.

Integrada nas mesmas jornadas, a Corane promoveu ainda, uma mesa de trabalho (em anexo) com os promotores de projetos das agroindústrias na Terra Fria pelo PDR e de 2007-2013. Estas jornadas de trabalho visavam da mesma forma ouvir os promotores e perceber o desenvolvimento da atividades e os resultados obtidos. Reuniram 8 promotores de projetos, principalmente na área da transformação e comercialização de produtos agrícolas. Das conclusões a que se chegou destacam-se a importância de:

-aumentar o montante total elegível para produtos constantes do anexo I do Tratado. Até agora o limite para esses projetos é de 25 000 euros, o que inviabiliza ou torna muito difícil investir e criar estruturas que possam ser competitivas e simultaneamente cumpridoras das regras de exigência para os licenciamentos e comercialização de produtos das Agroindústrias.

- apostar na organização de produtores e trabalho em rede e a criação de estruturas de comercialização e organização de atividades geradoras de riqueza e que impulsionem a vinda de pessoas e empresários ao território.

- apostar na parceria com o ensino superior. Entendeu-se que seria importante envolver as Universidades e nomeadamente o Instituto Politécnico de Bragança, com o intuito de os promotores dos projetos terem acesso a estagiários não remunerados e posteriormente criarem postos de trabalho qualificados. Com esta parceria seria também mais fácil ter acesso a novas tecnologias.

-apostar na promoção interna e externa e no acompanhamento/consultoria dos promotores.

Relativamente as agroindústrias, identificaram-se ainda algumas lacunas, nomeadamente o trabalho em rede e a ausência de eventos para escoamento dos produtos, ausência de estruturas de comercialização e fraco investimento e investigação e desenvolvimento.

-Sublinha-se ainda que ao nível do enquadramento dos projetos não se verificaram grandes problemas, as ideias de negócio apresentadas em quase todos os casos conseguiram facilmente ser enquadráveis.

Relativamente ao trabalho desenvolvido pela Corane-Associação de desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, entende-se ser de extrema importância para a sua ação a revitalização da economia local e a valorização do mundo rural

7-Referências bibliográficas

- Baptista, F. (2001), **Agriculturas e territórios**, Celta Editora, Oeiras
- Bérard, L.; Marchenay, P. (1996), “**La construcción social de los productos de la tierra**”, in **Agricultura y Sociedad**, Centro de Estudos Transdisciplinar para o Desenvolvimento, departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- Caldas J. (2003) “**Estudos Rurais, Continuidades e Roturas**” In Portugal Chão, J.Portela e J. C. Caldas (orgs), Celta Editora
- Carvalho, B. (1995), “**Defesa e valorização dos produtos de tecnologia caseira**”, in A Rede para o desenvolvimento Local, nº 12
- Carvalho, B. (1994), “**Produtos Agro-alimentares de Qualidade e de Tecnologia Caseira. Utopio?**”, in Semente, nº 8/9
- Caldenty, P.; Gómez, C., (1996), “**Productos típicos, territorio e competitividad**”, in Agricultura e sociedad, Centro de Estudos Transdisciplinar para o Desenvolvimento, departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- Corane (2007), **Estratégia local de Desenvolvimento 2007-2013**
- Cirtóvão, A.; Tibério, M.; Diéguez, V. (coords.) (2005), **Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro-Duero**, , Centro de Estudos Transdisciplinar para o Desenvolvimento, departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- Direção Geral do Turismo (DGT) (1998), **Fatores que suscitam uma Procura Crescente do TER**, Guia Oficial, Lisboa DGT e ICEP
- Direção Geral do Turismo (DGT) (2002), **Turismo em Espaço Rural**, Guia Oficial, Lisboa DGT e ICEP
- Guia da Terra Fria Transmontana (2014), Associação de Município da Terra Fria do Nordeste Transmontano.
- Henriques, M. (2002), “Globalização e integração diferenciadora dos espaços rurais”, in José Reis; Maria Ioannis Baganha (orgs.), **A economia em curso: contextos e mobilidades**. Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado Universidade de Coimbra.
- Alves, J., Revista da Rede Rural Nacional, nº4 (2014)

Moreira, M. (2001), **Globalização e agricultura: zonas rurais desfavorecidas**. Oeiras: Celta

Pessoas e Lugares (2004), Jornal de animação da rede Portuguesa LEADER + II série, nº 16 Janeiro/Fevereiro.

Pessoas e Lugares (2015), Jornal da Federação Minha Terra, série III, nº 18.

Portela, J. (2003), “**Portugal-chão: que futuro futurível**” in Portugal Chão, J. Portela e J. C. Caldas (orgs), Celta Editora

Diário da República Portuguesa, 2012, Portaria n.º 108 de 20 de abril.

Diário da República Portuguesa, 2010, Portaria. n.º 208, Suplemento, Série I de 26 de Outubro

Diário da República Portuguesa, 2009, Portaria n.º 814 de 27 de Agosto

Diário da República Portuguesa, 2009, Portaria n.º 906 de 14 de Agosto

Diário da República Portuguesa, 2009, Portaria n.º 905/2009 de 14 de Agosto

Diário da República Portuguesa, 2009, Portaria n.º 157, Série I de 14 de Agosto

Diário da República Portuguesa, 2009, Portaria n.º 521 de 14 de Maio

Diário da República Portuguesa, 2009, Portaria n.º 520 de 14 de Maio

Ribeiro, M. (2003), “**Espaços rurais como espaços turísticos. Reflexões em torno da construção de oferta de turismo em espaço rural, em Portugal**”, J. C. Caldas (orgs), Portugal Chão, Celta Editora, Oeiras

Ribeiro, M.; Martins, C. (1996), **La certificación como estrategia de valorización de productos agroalimentarios tradicionales**, in Agricultura y Sociedad.

Ribeiro, M, e Marques, C (1999), **Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas** : Between rethoric and Praticce, Comunicação ao “Summer institute of the European Regional Science Association” Faro

Ribeiro, M. (Coord) (2000), Turismo em Trás os Montes e Alto Douro. **Diagnóstico e Orientações Prespetivas**, Forum da Iniciativa Económica de TMAD, Vila Real

Silva, J. (2001), “**Una época de cambios o un cambio de época? Elementos de referencia para interpretar las contradicciones del momento actual**”, Boletín ICCI, Rímay, 25

Slee, B., H. Farr, P. Snowdon, F. Gerbaux, J. Le Monnier, M. Ribeiro, F. Diniz, C. Carqueja (1996), “**The Economic Impact of Differential Styles of Tourism on Rural Areas of Europe**” Portugal Chão, Celta Editora

Thirion, S.; Cavaco, C. (2000), **O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade: os ensinamentos de 10 anos da iniciativa comunitária LEADER em Portugal através de 16 cadernos temáticos produzidos no quadro das atividades da célula de animação da rede portuguesa LEADER II**, INDE/CAL, Lisboa.

Tibério, M. (2004), **Construção da Qualidade e Valorização dos Produtos Agro-Alimentares Tradicionais**-Estudo da Região de Região de Trás os Montes, Tese de doutoramento, UTAD, Vila real

Direção Geral do Desenvolvimento Rural, 2015 (<http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/turismo-rural>)

Programa de Desenvolvimento Rural, 2011, (<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=373>)

Programa de Desenvolvimento Rural, 2011, (<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=380>)

Programa de Desenvolvimento Rural, 2011, (<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=385>)

Programa de Desenvolvimento Rural, 2011, (<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=391>)

Anexos